

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ
CAMPUS REGIONAL DO VALE DO IVAÍ
CENTRO DE CIÊNCIAS DA SAÚDE
DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO FÍSICA**

SABRYNA RAFAELLA DE BRITO

**ESTRATÉGIAS DE ABORDAGEM E INTERVENÇÃO NA EDUCAÇÃO
SOCIAL: PROJETO BRINCADEIRAS COM MENINOS E MENINAS
DE/E NAS RUAS NA CIDADE DE IVAIPORÃ-PR.**

Ivaiporã
2016

SABRYNA RAFAELLA DE BRITO

ESTRATÉGIAS DE ABORDAGEM E INTERVENÇÃO NA EDUCAÇÃO SOCIAL: NO PROJETO BRINCADEIRAS COM MENINOS E MENINAS DE/E NAS RUAS NA CIDADE DE IVAIPORÃ-PR.

Trabalho de Conclusão de Curso (Monografia) apresentado à disciplina Seminário de Monografia da Universidade Estadual de Maringá - como requisito parcial para obtenção do título de Licenciado em Educação Física.

Orientadora: Prof. Ms Paula Marçal Natali

Ivaiporã
2016

SABRYNA RAFAELLA DE BRITO

ESTRATEGIAS DE ABORDAGEM E INTERVENÇÃO NA EDUCAÇÃO SOCIAL NO PROJETO BRINCADEIRAS COM MENINOS E MENINAS DE/E NAS RUAS NA CIDADE DE IVAIPORÃ-PR.

Trabalho de Conclusão de Curso (Monografia) apresentado à disciplina Seminário de Monografia da Universidade Estadual de Maringá - como requisito parcial para obtenção do título de Licenciado em Educação Física.

COMISSÃO EXAMINADORA

Prof. Ms. Paula Marçal Natali
Universidade Estadual de Maringá - UEM

Prof. Ms. Gislaine Gonçalves
Universidade Estadual de Maringá - UEM

Prof. Ms. Vanessa Rombola Machado
Universidade Estadual de Maringá – UEM

Aprovado em ____ / ____ / ____

DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho a Deus e a minha Orientadora Paula Marçal Natali pela sua dedicação e pela orientação deste trabalho.

AGRADECIMENTOS

Agradeço em primeiro lugar ao Autor da Vida, aquele que permite que todas as coisas se consolidem, nosso único e verdadeiro Deus. Em segundo lugar agradeço a todas as pessoas que diretamente ou indiretamente, contribuíram para a construção dos meus valores: meus pais, os mestres do passado e todos os que compartilharam um pouco do que sabem comigo nesta vida acadêmica. Não posso deixar de agradecer a compreensão de pessoas especiais, quando minha presença não foi possível e quando minha preocupação e atenção pareciam se voltar exclusivamente para este trabalho, assim agradeço aos meus amigos Luiz Araújo, Bruno Gabriel e ao Gustavo pela paciência e companheirismo em todo esse período. Agradeço em especial a minha querida e excelente Prof. Ms. Orientadora Paula Marçal Natali pela dedicação, paciência e carinho que teve em todo esse processo do meu trabalho, aqui deixo meus sinceros agradecimentos. Agradeço também aos membros da banca examinadora, pela disponibilidade em participar e pelas contribuições feitas acerca desta pesquisa.

“O fruto de um trabalho de amor atinge sua plenitude na colheita, e esta chega sempre no seu tempo certo”

Autor desconhecido

BRITO, Sabryna Rafaella de. **Estratégias de abordagem e intervenção na Educação Social: no Projeto Brincadeiras com Meninos e Meninas de/e nas ruas na cidade de Ivaiporã-PR.** Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Educação Física) – Universidade Estadual de Maringá – UEM, 2016.

RESUMO

No Brasil a Educação Social não se constitui como uma área nova no que se refere ao seu desenvolvimento prático, entretanto, só recentemente as discussões sobre o tema começaram a ganhar certa visibilidade, no país ela é desenvolvida há pelo menos três décadas, entretanto com diferentes nomenclaturas. O trabalho realizado tem por objetivo analisar as configurações das intervenções e abordagens iniciais do Projeto Brincadeiras com meninos e meninas de/e ruas de Educação Social na cidade de Ivaiporã-PR. Os procedimentos metodológicos para o desenvolvimento da pesquisa foram estruturados a partir dos fundamentos da pesquisa qualitativa (Trivinõs, 2011) e organizados como um estudo de caso realizado a partir dos relatórios dos educadores sociais que participam do Projeto Brincadeiras e que possuem as descrições das ações, abordagens e impressões que os educadores registram das intervenções realizadas junto às crianças e adolescentes participantes do projeto no que se refere às ações realizadas de julho de 2014 até dezembro de 2014. Para análise de dados, utilizamos a técnica de Análise de Conteúdo, de Bardin (1977). Sendo assim este estudo pretende contribuir para a discussão sobre a ação da Educação Social, a formação do Educador Social, buscando aos Educadores do Projeto Brincadeiras e aos demais acadêmicos uma reflexão das ações desenvolvidas, a partir da experiência concreta do projeto de extensão Brincadeiras com Meninos e Meninas de/e nas Ruas na cidade de Ivaiporã-PR.

Palavras chave: Educação Social. Direitos das Crianças e Adolescentes. Projeto Brincadeiras.

BRITO, Sabryna Rafaella de. **Approach and intervention strategies in Social Education: in the Games Project with Boys and Girls from/and on the streets in the city of Ivaiporã-PR.** Course Completion Assignment (Physical Education Degree Program) – Universidade Estadual de Maringá – UEM, 2016.

ABSTRACT

In Brazil, Social Education does not constitute as a new field in relation to its practical development, although only recently the discussions on the subject began to gain some visibility; in this country, it has been developed for at least three decades, with different nomenclatures though. The work aims to analyze the settings of the initial interventions and approaches of the Games Project with Boys and Girls from/and on the Streets of Social Education in the City of Ivaiporã-PR. The methodological procedures for the development of the research were structured according to the fundamentals of qualitative research (Triviños, 2011) and organized as a case study from reports of the social educators who participate in the Games Project and have the descriptions of the actions, approaches, and impressions that the educators record about the interventions with the children and adolescents participants from the project regarding the actions carried out from July 2014 to December 2014. For data analysis, we used the Content Analysis technique, by Bardin (1977). Therefore, this study attempts to contribute to the discussion on the action of Social Education, the Social Educator formation, providing the educators from the Games Project and the other academics a reflection about the actions taken, from the concrete experience of the extension project Games with Boys and Girls from/and on the Streets in the City of Ivaiporã-PR.

Key-words: Social Education. Children and Adolescents Rights. Games Project.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ECA	Estatuto da Criança e do Adolescente
CBO	Cadastro Brasileiro de Ocupações
CT	Conselho Tutelar
CMDCA	Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente
PCA	Programa de Pesquisa e Defesa da Criança e do Adolescente
PEC	Pró-Reitoria de Extensão e Cultura
MNMMR	Movimento Nacional de Meninos e Meninas de Rua
ONG	Organização não Governamental
UEM	Universidade Estadual de Maringá

SUMÁRIO

1. **INTRODUÇÃO** Erro! Indicador não definido.
2. **INFÂNCIA E SEUS DIREITOS: DO CÓDIGO DE MENORES AO ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE (ECA)** Erro! Indicador não definido.
 - 2.1 O INÍCIO DA TRAJETÓRIA DAS LEIS SOBRE A INFÂNCIA E ADOLESCÊNCIA NO BRASIL **Erro! Indicador não definido.**
3. **EDUCAÇÃO SOCIAL: CONTEXTO HISTÓRICO E POSSIBILIDADES DE ATUAÇÃO** Erro! Indicador não definido.
4. **PROJETO BRINCADEIRAS: PRINCÍPIOS E AÇÕES EDUCATIVAS** Erro! Indicador não definido.
 - 4.1. PROJETO BRINCADEIRAS COM MENINOS E MENINAS DE/E NAS RUAS NA CIDADE DE MARINGÁ **Erro! Indicador não definido.**
 - 4.2 PROJETO BRINCADEIRAS COM MENINOS E MENINAS DE/E NAS RUAS NA CIDADE NA CIDADE DE IVAIPORÃ..... **Erro! Indicador não definido.**
5. **CONSIDERAÇÕES FINAIS** Erro! Indicador não definido.
6. **REFERENCIAS**..... Erro! Indicador não definido.

1. INTRODUÇÃO

Esta pesquisa se insere no âmbito da Educação Social, e trata sobre as estratégias de abordagem e intervenção no Projeto Brincadeiras com Meninos e Meninas de/e nas ruas na cidade de Ivaiporã-Pr¹. Esta investigação foi realizada a partir dos relatórios dos educadores participantes do projeto sobre as ações desenvolvidas no período de julho de 2014 até dezembro de 2014. O estudo refere-se à Educação Social, o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) e o Projeto Brincadeiras na cidade de Ivaiporã - Pr.

O interesse em estudar as ações e intervenções iniciais na Educação Social, constituiu-se a partir da minha vivência como educadora no **Projeto Brincadeiras** na cidade de Ivaiporã. O projeto caracteriza-se por atuar com crianças e adolescentes com direitos violados através de atividades lúdicas na discussão, organização e promoção cultural e o fortalecimento político de suas relações sociais com base no Estatuto da Criança e do Adolescente (1990). A participação no projeto de extensão me despertou o interesse em conhecer as formas de abordagens e intervenções no campo educacional que devem ser utilizadas com as crianças e adolescentes que possuem direitos violados.

A Educação Social é um campo em constituição em nosso país, sendo uma área da educação que objetiva a promoção cultural e social das pessoas, a Educação Social ultrapassa os limites dos conteúdos e metodologias, tendo como um dos mais valiosos princípios o exercício da ação-reflexão-ação (MULLER, RODRIGUES, 2002). Este estudo justifica-se, pois busca elucidar uma metodologia de intervenção em projetos de Educação Social, onde os princípios dessas ações pretendem estar voltados às necessidades e expectativas das crianças e adolescentes que habitam o bairro em que ocorrem as intervenções, assim, esta busca faz-se imprescindível dado o cenário escasso de produções sobre Educação Social publicados no Brasil.

Desta forma, se faz importante estudar e conhecer estratégias metodológicas que possam orientar a intervenção inicial dos educadores sociais, pois é através da mesma que ele constitui o primeiro contato com as crianças e adolescentes. Sendo assim, esta pesquisa pode contribuir na construção da

¹ Utilizaremos a partir deste ponto o termo Projeto Brincadeiras para nos referirmos ao “Projeto Brincadeiras com meninos e meninas de/e nas ruas”.

produção científica na área e aprimorar os estudos do **Projeto Brincadeiras**, problematizando com os educadores quais as formas de abordagens e intervenções iniciais em um projeto de Educação Social.

No Brasil, crianças e adolescentes vivenciam todos os dias situações de risco em diversos locais e são poucas as experiências de comprometimento e responsabilidade com estas situações frente à quantidade de crianças e adolescentes nesta condição (MULLER, RODRIGUES, 2002). A partir disto, destacam-se as ações educativas na área da Educação Social, pois na maioria das vezes são usadas diferentes formas de estratégias para estabelecer uma aproximação com as crianças e adolescentes. Estas abordagens iniciais ocorrem por meio de diversas ações educadores-educandos e, a diferença se dá na forma como ocorre à aproximação entre as crianças e o educador, esta aproximação deve ser fruto de respeito mútuo e muita dedicação aos estudos dos fundamentos que compõe a ação educativa por parte dos educadores sociais.

Segundo Muller e Rodrigues (2002), existem formas diferentes quanto à abordagem e intervenção inicial com as crianças e adolescentes, se a situação é de abandono, a abordagem é mais corporal, se for numa situação de uso de drogas, será mais visual – gestual e em caso de situação de conflitos com a lei a abordagem terá um caráter dialógico-confidencial. Diante desta problemática constitui-se o problema de pesquisa: Como se configuram as intervenções e abordagem iniciais de um projeto de Educação Social com crianças e adolescentes na cidade de Ivaiporã-PR?

Estabelecemos que o objetivo central desta pesquisa é analisar as estratégias de abordagem e intervenções iniciais na Educação Social por meio dos relatórios dos educadores do **Projeto Brincadeiras**. A partir do objetivo central determinamos os objetivos específicos: Estudar os princípios e configurações da Educação Social brasileira voltada para crianças e adolescentes; analisar os relatórios semanais das intervenções e abordagens realizadas com as crianças e adolescentes pelos educadores do **Projeto Brincadeiras** na Vila Nova Porã na cidade de Ivaiporã- PR e identificar e idear sobre as categorias que compõe as estratégias de abordagem e intervenção inicial dos Educadores Sociais do Projeto Brincadeiras.

Este estudo caracteriza-se por uma pesquisa de caráter qualitativo que segundo Triviños (1987, p. 120) “[...] é uma pesquisa que observa a importância do

ambiente natural na configuração da personalidade, problemas e situações de existência dos sujeitos”.

A organização da pesquisa foi realizada a partir do estudo de caso, que analisa uma específica situação e um determinado fato, onde buscamos conhecer particularmente uma determinada unidade (TRIVIÑOS, 1887, p. 133). No caso deste estudo, as características e relações que podem ser estabelecidas pela Educação Social no que se refere às abordagens e as intervenções iniciais utilizadas pelos educadores em relação às crianças que participam de um projeto de Educação Social específico, **o Projeto Brincadeiras**.

Os dados utilizados na pesquisa são provenientes dos relatórios semanais dos Educadores do **Projeto Brincadeiras**. Estes relatórios são produzidos semanalmente por todos os educadores participantes do projeto e contém descrições das ações, abordagens e impressões que os educadores registram das intervenções realizadas junto às crianças e adolescentes participantes do projeto.

Na coleta de dados foram utilizados os relatórios produzidos de julho de 2014 até dezembro de 2014, foram disponibilizados para consulta 77 relatórios. Este período foi selecionado, pois refere-se ao início das intervenções dos Educadores Sociais no **Projeto Brincadeiras na cidade de Ivaiporã-PR**, com a finalidade de alcançar os objetivos da pesquisa, apontando as abordagens e intervenções realizadas pelos participantes do **Projeto Brincadeiras** através da análise dos relatórios semanais.

Para a apreensão dos dados contidos nos relatórios utilizamos o método de Análise de Conteúdo que, conforme Bardin consiste em (1977, p.2):

Um conjunto de técnicas de análise das comunicações visando obter, por procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens, indicadores que permitam a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção/recepção destas mensagens.

Assim, a análise de conteúdo pretende examinar as ações relatadas nos relatórios, permitindo uma análise objetiva e detalhada sobre os relatos feitos pelos Educadores do **Projeto Brincadeiras** através de métodos científicos e especializados. As categorias elaboradas foram determinadas através de categorização dos relatórios dos educadores do projeto. As categorias elencadas no estudo foram: Princípios do **Projeto Brincadeiras**; Vínculo entre os educadores e as crianças e

adolescentes; Necessidade de formação na área da defesa das crianças e dos adolescentes; Ações e atitudes dos educadores sociais perante acontecimentos durante a intervenção no bairro; Dificuldade na transmissão sobre o ECA para as crianças e adolescentes; Objetivos do projeto brincadeiras; Estratégias durante a prática educativa.

A pesquisa está estruturada em três capítulos. No primeiro capítulo será tratado sobre a Infância e seus direitos, a política de atendimento às crianças e aos adolescentes no Brasil, no que se refere ao Código de Menores (1927), Código de Menores (1789) e Estatuto da Criança e do Adolescente (1990) tendo como categoria relatar a garantia dos direitos das crianças e dos adolescentes ao ato de brincar e utilizar os espaços públicos. O segundo capítulo refere-se os aspectos da Educação Social: contexto histórico e possibilidades de atuação, onde apresentaremos a análise das categorias elaboradas: as relações estabelecidas entre os Educadores Sociais e a comunidade, a necessidade de formação na área da defesa dos direitos das crianças e dos adolescentes e as ações e atitudes dos educadores sociais perante acontecimentos durante a intervenção no bairro. No terceiro capítulo explicaremos sobre o Projeto Brincadeiras: princípios e ações educativas, por meio das análises dos relatórios dos educadores apresentaremos três categorias, sendo elas: os princípios do projeto brincadeiras, as estratégias e objetivos durante as intervenções no bairro.

A construção do referencial teórico desta pesquisa esteve pautada nos estudos de: Muller (2006, 2009, 2010, 2012); Mager et. al (2011); Soares (2004); Goes (2008), Muller e Rodrigues (2002); Freire (1987, 1994, 1996, 1997, 2005); Brasil (1988, 1990, 2006); Nunez (1990, 1999); Natali (2007, 2009, 2014); Serrano (2003); Assamann (2000); Paiva (2011); Tomás (2006); Borba (2005); Caliman (2006, 2011); Cury (2004); Rizzini (2000, 2007); Triviños (1987) e Volpini (2013).

2. INFÂNCIA E SEUS DIREITOS: DO CÓDIGO DE MENORES AO ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE (ECA)

As crianças e adolescentes tem marcadas em suas histórias as consequências da carência de reflexões sobre a garantia de seus direitos no processo histórico em diferentes localidades, no Brasil esta situação não é diferente.

Segundo o Estatuto da Criança e do Adolescente (1990) a criança é um sujeito em situação peculiar de desenvolvimento que têm direitos e deveres perante a sociedade e foram elaborados parâmetros para a proteção desses direitos em relação às ações do Estado, família e a sociedade em geral. Entretanto, a trajetória das leis no Brasil que tratam da infância são anteriores a promulgação do Estatuto da Criança e do Adolescente, em 1990.

2.1 O INÍCIO DA TRAJETÓRIA DAS LEIS SOBRE A INFÂNCIA E ADOLESCÊNCIA NO BRASIL

Na época da escravidão no Brasil crianças e adolescentes sofriam maus tratos, os senhores costumavam vender ou até mesmo alugar as mães e as crianças filhos dessas escravas para famílias consideradas distintas causando sofrimento e uma situação de grande falta de dignidade a eles. Muitas mulheres negras preferiam abandonar seus filhos em igrejas ou instituições para livrar seus filhos de uma vida de sofrimento, humilhações, abusos sexuais, com esperança de um futuro melhor para seus filhos. O número de crianças e adolescentes abandonadas tornou-se um problema para a sociedade, desta forma, as discussões para encontrar soluções para as questões desta infância no Brasil foram se expandindo (MULLER, 2002).

A partir das discussões dos problemas que permeavam a infância brasileira foi promulgada a primeira lei para atender as crianças e adolescentes, o Código de Menores, de 1927, pelo Ministério da Justiça. Este código trouxe o início do atendimento à infância e a juventude pobre através de uma política específica que possuía uma filosofia disciplinar e higienista. Assim, passou a ser dever do estado zelar de crianças órfãs, abandonadas (NATALI, PAULA, 2008).

O Código de Menores (1927) era radical em seus conceitos, ou seja, a criança era considerada marginal ou delinquente pelo simples fato de estar

abandonada, sendo repreendida e até punida pela lei, tendo como princípio proteger a sociedade da criança partindo de um paradigma punitivo (NATALI, PAULA, 2008).

O código de menores visava legislar sobre crianças e adolescentes de 0 aos 18 anos que os pais não possuíssem condições financeiras para suprir a necessidade de seus filhos, ou seja versava sobre a infância e adolescência pobre. Cuidava somente dos conflitos ocorridos e não da prevenção destes. As crianças e adolescentes não eram vistas como sujeitos de direitos, mais sim meros objetos de medidas judiciais (NATALI, PAULA, 2008). “O código de 27 trazia uma visão da infância como incapaz e perversa” (p.64).

O Estado atendia as crianças e adolescentes em estado de vulnerabilidade social, mas eram alvos de muitas críticas de maus tratos e denúncias de desvio de dinheiro. Em 1964 no período do golpe militar foi criada a Fundação Nacional do Bem estar do Menor (FUNABEM), com o papel de formular e implantar a Política Nacional do Bem- estar do Menor em todo o território nacional, suas ações eram baseadas na tecnocracia e no autoritarismo (PAES, 2013). O menor abandonado passou a ser alvo de discussões da sociedade, e com isso foi gerada a reelaboração do código de menores de 1927.

Em outubro de 1979 foi publicado o novo código de Menores (Lei 6.697, de 10/10/79), estabelecendo medidas de Proteção ao Menor em Situação Irregular, que cuidava dos casos de abandono, a prática de infração penal, com desvio de conduta, falta de assistência ou representação legal. Este código tinha como objetivo o controle das crianças e adolescentes e não a garantia de seus direitos, pois na visão do governo, essas crianças e adolescentes consideradas em “situação irregular”, significavam um perigo para a sociedade e por isso deveriam ser recolhidos e disciplinados.

[...] Este código dispõe sobre a assistência, proteção e vigilância a menores; I – até 18 anos de idade, que se encontrem em situação irregular; II – entre 18 e 21 anos, nos casos expressos em lei; as medidas de caráter preventivo aplicam-se a todo o menor de 18 anos, independente de sua situação (art.I). (BRASIL, Código de Menores, 1979).

Segundo Paes (2013), com o fim da ditadura militar brasileira começaram a surgir críticas e debates para reformulação deste código, pois as medidas tomadas

com as crianças e adolescentes eram inadequadas e sem políticas educacionais apropriadas a esta população.

Cabe salientar algumas das críticas dirigidas ao Código de Menor de 1979, pelas entidades e movimentos em defesa da criança e do adolescente. Uma delas se refere ao termo preconceituoso de tratar a criança e o adolescente em “situação irregular” de “menor”. Na verdade, essa terminologia expressava a culpabilização e o estigma construído pela classe hegemônica sobre a criança e o adolescente das classes populares, para desviar a atenção dos fatores que impulsionavam a “situação irregular” desses meninos e meninas, como por exemplo, a desigualdade social e econômica. A desigualdade era agravada pela conjuntura econômica do país e pela precariedade e/ou inexistência de políticas públicas capazes de responderem, adequadamente, às diversas necessidades dessas crianças e adolescentes e a seus respectivos familiares. A outra crítica era a privação de liberdade dirigida à criança e ao adolescente apenas pela suspeita do ato infracional (CIRQUEIRA, 2007, p. 18).

Pelas críticas dirigidas ao Código de Menores de 1979, houve a necessidade que uma nova lei fosse criada, lei essa que compreendesse os direitos fundamentais das crianças e adolescentes, com absoluta proteção do Estado, família e sociedade (NATALI, PAULA, 2008).

No início de 1980 a sociedade brasileira passou por uma luta de redemocratização em defesa dos direitos da criança e do adolescente, passando de um modelo corretivo para um modelo educativo. Um movimento social importante deste período, que defendia a criança e o adolescente e expressava sua insatisfação com o Código de Menores de 1979 era o Movimento Nacional de Meninos e Meninas de Rua (MNMMR), que além de denunciar a situação das crianças e adolescentes das ruas, também trouxe propostas para as mudanças na forma de tratamento das crianças e adolescentes e teve um grande papel na elaboração do Estatuto da Criança e do Adolescente. Os movimentos sociais lutavam pela efetivação dos direitos sociais, políticos e civis (CIRQUEIRA, 2007, p. 18).

Segundo Rizzini (2007) os principais fatores que contribuíram para a queda do Código de Menores de 1979 e a construção do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) no Brasil foram:

- Processo de redemocratização do país;
- Forte mobilização da sociedade civil, especificamente de atores envolvidos no MNMMR (Movimento Nacional de Meninos e Meninas de Rua), em defesa da

criança e do adolescente brasileiros, de modo que esse segmento etário fosse percebido como cidadão;

- Implantação da Constituição de 1988;
- Convenção das Nações Unidas pelos Direitos da Criança de 1989;
- Processo de implantação do neoliberalismo.

Assim se fez necessária à criação de uma lei específica que tratasse da infância e adolescência com um paradigma educativo e não punitivo, surgindo daí o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), sendo promulgado em 13 de julho de 1990, que regulamentou e assegurou os direitos estabelecidos na Constituição Federal de 1988. A partir desta lei que as crianças e os adolescentes passaram a ser entendidos como sujeitos de direitos e com absoluta prioridade de proteção pelo Estado, família e pela sociedade em geral (NATALI, PAULA, 2008).

Além da aprovação do ECA, também podemos citar o artigo 227 da Constituição Federal de 1988, que prevê os direitos da criança e do adolescente.

[...] é dever da família, da comunidade, da sociedade em geral e do Poder Público, assegurar com absoluta prioridade, a efetivação dos direitos referentes à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao esporte, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária (BRASIL, 1988, p. 4).

Observa-se especialmente o artigo 4º do ECA:

É dever da família, da comunidade, da sociedade em geral e do poder público assegurar, com absoluta prioridade, a efetivação dos direitos referentes à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao esporte, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária (BRASIL, 1990, p. 09).

O Estatuto preconiza a proteção integral das crianças e adolescente brasileiras, o ECA diz respeito a todas as crianças e adolescentes. De acordo com Gohn (1997), o Estatuto se fundamenta em três princípios: o da cidadania, o do bem em comum e o da condição peculiar de desenvolvimento.

O ECA assegura em seus 267 artigos, os direitos inerentes ao desenvolvimento da criança e do adolescente, sem distinção de raça, cor ou classe social. Em seus capítulos, artigos e parágrafos, o Estatuto da Criança e do Adolescente relata sobre a proteção dos direitos fundamentais à pessoa em

desenvolvimento e trata sobre dos órgãos e procedimentos protetivos, onde todas as crianças e adolescentes tem por direito (NATALI, PAULA, 2008).

A criança e o adolescente gozam de todos os direitos fundamentais inerentes á pessoa humana, sem prejuízo da proteção integral de que trata esta Lei, assegurando-se-lhes, por lei ou por outros meios, todas as oportunidades e facilidades, a fim de lhes facultar o desenvolvimento físico, mental, moral, espiritual e social, em condições de liberdade e de dignidade (BRASIL, 1990, p. 09).

Com o Estatuto ficam instituídos os Conselhos Municipais de Direito que segundo o Art. 88 tem a função de controlar e deliberar sobre as políticas públicas da infância em cada uma das esferas, como nacional, regional, distrital e municipal.

II - criação de conselhos municipais, estaduais e nacional dos direitos da criança e do adolescente, órgãos deliberativos e controladores das ações em todos os níveis, assegurada a participação popular paritária por meio de organizações representativas, segundo leis federal, estaduais e municipais (BRASIL, 1990, da política de atendimento).

O conselho foi criado para deliberar e controlar as ações ligadas às crianças e adolescentes violados em seus direitos fundamentais, o conselho de direito é um órgão normativo, consultivo e deliberativo. As leis municipais são apenas umas das ações nas mudanças sociais referentes às crianças e aos adolescentes na comunidade, e as outras são referentes às medidas educativas, sociais e administrativas (BRASIL, 1990).

O Estatuto da Criança e do Adolescente (1990) em seu artigo 88 (Inciso I a VI, p. 29), prevê a criação de conselhos dos direitos da criança e do adolescente cuja composição deve se dar por representantes governamentais e não governamentais. Os objetivos dos conselhos de direitos são: desenvolver o respeito e a garantia dos direitos da criança e do adolescente, atuar junto à sociedade e aos órgãos públicos para que a criança e o adolescente estejam a salvo de qualquer forma de negligência, exploração, violência e opressão. O CMDCA deve se constituir como parte obrigatória do Poder Executivo Municipal, numa instância de participação do cidadão na formulação da política de atendimento e do controle de suas ações (BRASIL, 1990).

O Conselho Tutelar (CT) foi regulamentado para fiscalizar e defender os direitos dessas crianças e adolescentes descritos no Estatuto (1990). É um órgão inteiramente composto por pessoas da sociedade, autônomo e naturalmente

coletivo, não jurisdicional, com a função de defender o cumprimento da Lei que define direitos às crianças e aos adolescentes. A autonomia do mesmo se expressa na forma que o Conselho Tutelar irá atender suas atribuições, quais ações irá realizar, de que forma se relacionará com a família, comunidade, sociedade e o Poder Público para a garantia da defesa dos direitos da criança e do adolescente. Quais medidas e quando irá aplicá-las para proteção integral dos direitos. O Conselho Tutelar é um órgão administrativo, unido ao Poder Executivo Municipal, sendo desta natureza suas ações (BRASIL, 1990).

Art. 132. Em cada Município haverá, no mínimo, um Conselho Tutelar composto de cinco membros, escolhidos pela comunidade local para mandato de três anos, permitida uma recondução (BRASIL, 1990, p. 46).

São atribuições do Conselho Tutelar, zelar, fiscalizar e promover a defesa dos direitos das crianças (de zero a doze anos incompletos) e adolescentes (de doze a dezoito anos incompletos), sendo que esta Lei afirma deveres à família, à comunidade, à sociedade e ao Poder Público.

Segundo os artigos 129 e 136 do Estatuto podemos dizer que, o Conselho Tutelar também atende aos pais ou responsáveis, aconselhando-os sobre suas situações e encaminhando-os para as ações que carecem ser tomadas, previstas pelo ECA. Ao aplicar uma medida o Conselheiro responsabiliza os pais ou responsáveis pelo cumprimento da mesma, caso não haja o cumprimento desta medida, os mesmos serão sujeitos a uma multa e poderá ser aplicado o dobro em caso de reincidência (BRASIL, 1990).

O ECA (1990) exige dos governos municipais, estaduais e federais a implantação de políticas públicas direcionadas às crianças e os adolescentes. E ainda reforça em seu Art. 5º que: Nenhuma criança ou adolescente será objeto de qualquer forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão, punido na forma de lei qualquer atentado, por ação ou omissão, aos seus direitos fundamentais (BRASIL, 1990, p. 15).

As medidas socioeducativas são aplicadas apenas pelo Juiz e somente aos adolescentes, uma vez que, crianças apenas recebem medidas protetivas. Já aos adolescentes que praticarem o ato infracional, a autoridade poderá aplicar ao mesmo, medidas socioeducativas como advertência, obrigação de reparo ao dano,

prestação de serviços à comunidade, liberdade assistida, inserção em regime de semi liberdade, internação em estabelecimento educacional (BRASIL, 1990).

As medidas protetivas tomadas pelas autoridades na garantia à proteção aos direitos fundamentais da criança e do adolescente quando se encontram em situação de risco pessoal ou social na forma do disposto no art. 98 do ECA. As medidas socioeducativas representam um caráter educativo e não punitivo, como por exemplo, a prestação de serviço à comunidade, mas cabe ao Juiz proferir sentenças socioeducativas de acordo com a gravidade da infração cometida pelo adolescente.

O artigo 7º do mesmo documento faz uma afirmativa que a criança e o adolescente têm direito à proteção à vida e à saúde, mediante a efetivação de políticas sociais públicas que permitam condições dignas de existência desde o nascimento até o desenvolvimento (BRASIL, 1990).

Consoante à mesma Lei, segundo o artigo 4º, cabe ao Estado zelar para que as crianças e adolescentes se desenvolvam em condições sociais que protejam a integridade física, liberdade e dignidade. Contudo não se pode impor tal responsabilidade apenas ao Estado, uma vez que estes nada mais são do que o produto da entidade familiar e da sociedade, as quais têm importância fundamental no comportamento dos mesmos (BRASIL, 1990).

O Estatuto dispõe sobre a proteção integral à criança e ao adolescente, trata do mundo mais específico ligado ao tratamento social e legal que deve ser oferecido às crianças e adolescentes de nosso país. No artigo 16º o direito a liberdade (inciso I a VII, p. 12 e 13) compreende os seguintes aspectos: o direito de ir, vir e estar nos logradouros públicos e espaços comunitários; a opinião e expressão; a crença e culto religioso; brincar, praticar esportes e divertir-se; participar da vida familiar e comunitária, sem discriminação; participar da vida política, na forma da lei e buscar refúgio, auxílio e orientação (BRASIL, 1990).

A família juntamente com o Estado e a sociedade possui um papel fundamental para garantir a sobrevivência, a ludicidade, o pleno desenvolvimento das crianças e adolescentes, proporcionando a eles espaços distintos para brincarem, além das instituições como creches ou escolas, as crianças e adolescentes buscam formas criativas para brincar, seja praça, na rua, em terreno baldio, até mesmo em sua casa. Em relação ao brincar, Ribeiro (1994, p. 56) expõe:

[...] é a forma de a criança integra-se ao ambiente que a cerca. Através das atividades lúdicas a criança assimila valores, adquire comportamentos, desenvolve diversas áreas de conhecimento: exercita-se fisicamente e aprimora habilidades motoras. No convívio com outras crianças aprende a dar e a receber ordens, esperar sua vez de brincar; de emprestar e a tomar como empréstimo brinquedos; a compartilhar momentos bons ou ruins; a fazer amigos; ter tolerância e respeito, enfim, a criança desenvolve a sociabilidade.

Ocupar o espaço de lazer do bairro, brincar coletivamente, e este direito tem que ser potencializado:

[...] fomos chamar as crianças para brincar, os que estavam soltando pipa não se interessaram muito já os que estavam brincando de bicicleta mostraram interesse quando eu falei que tinha futsal. (Relatório 02).

De acordo com o ECA a criança e o adolescente possuem o direito de brincar, praticar esportes e divertir-se (BRASIL, 1990). O direito é citado no art. 4º e vêm disposto no Capítulo II, que trata do Direito à Liberdade, Ao Respeito e à Dignidade: “Art.16. O direito à liberdade compreende os seguintes aspectos: [...] IV – brincar, praticar esportes e divertir-se [...]”.

O brincar é uma atividade social significativa que pertence, antes de tudo, a dimensão humana, constituindo, para as crianças, uma forma de ação social importante e nuclear para a construção das suas relações sociais e das formas coletivas e individuais de interpretar o mundo (BORBA, 2005, p. 55).

O ato de brincar é uma característica da natureza infantil sendo uma das formas de expressão da criança. As brincadeiras são compreendidas como cultura da infância e precisam ser reconhecidas, transmitidas e potencializadas (VYGOTSKY, 1998). Assim o brincar se tornam uma necessidade para a criança e o adolescente é ainda um direito garantido na Constituição Brasileira, em seu art. 227 “é dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança, ao adolescente e ao jovem, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão”,

transformando a criança e o adolescente em sujeitos de plenos direitos, sendo que o ECA de 1990 dispõe também sobre o tema (BRASIL, 1988, p. 62).

[...] Assim que chegamos na Praça do Maneco avistamos as crianças na rua soltando pipa e outras na frente de uma casa brincando [...] (Relatório 02).

[...] No momento em que estávamos chegando à praça onde será nossa intervenção, nos deparamos com 3 a 4 crianças soltando pipa [...] (Relatório 05).

O projeto brincadeiras parte deste princípio, da brincadeira, como produção cultural da criança e um direito, para atrelar ao exercício deste direito a discussão dos outros estabelecidos pelo ECA (BRASIL, 1990).

Conhecer e refletir sobre os direitos são um processo fundamental na constituição das pessoas, pois em condição de sujeitos de direitos a participação ativa da criança e do adolescente nas questões que lhes dizem respeito contribui no seu processo educativo, tornando-a um adulto mais crítico e participativo perante a sociedade. Tomás (2011) nos aponta o conceito de cidadania:

Como um direito a participar, direito este que se encontra relacionado com a natureza e a essência social do ser humano". [...] Pensar numa perspectiva de cidadania para a infância implicará sempre um esforço para promover a participação infantil, considerando as crianças como atores participativos nas relações sociais, fundamentalmente implicadas no processo de relação social (TOMÁS, 2011, p 102 e 103).

A participação das crianças e adolescentes na comunidade apresenta-se como um instrumento emancipatório para a reconstrução de uma sociedade que entenda a criança e o adolescente como sujeitos sociais na construção da sua identidade pessoal, social e política.

A partir do estabelecimento da trajetória da política de atendimento a crianças e adolescentes no Brasil assinalamos que esta sofreu importantes alterações desde o Código de Menores (1927/ 1979) até chegar ao ECA (1990) que, é a legislação que busca defender os direitos das crianças e adolescentes compreendendo estes como de direitos e deveres na atualidade. A Educação Social, é a área que historicamente trata das ações educacionais nesta dimensão em nosso país, tratamos dela no próximo capítulo.

3. EDUCAÇÃO SOCIAL: CONTEXTO HISTÓRICO E POSSIBILIDADES DE ATUAÇÃO

A educação é um fenômeno complexo, composto por um amplo número de correntes, vertentes e concepções, desenvolvidas e aprofundadas por diversas culturas e filosofias. Segundo Paulo Freire (1996), a educação nunca será neutra mais sim política, pois implica princípios e valores, instituindo sempre uma visão de sociedade e mundo ao ser humano. Freire (1996, p. 67) acredita que a educação é um processo social, político, ético, histórico, cultural e afirma que “A educação sozinha não transforma a sociedade, sem ela tampouco a sociedade muda”.

Para Freire (1987) a educação deve ser trabalhada como o exercício da autonomia, seu objetivo é conscientizar o educando, ou seja, levá-lo a compreender sua situação de mundo e desta forma agir em favor do próprio crescimento. O autor ainda ressalta que a educação é a libertação do homem em direção à justiça social.

Quando discorremos sobre Educação é difícil não nos lembrarmos da educação no âmbito escolar, entretanto a mesma se encontra em diferentes ambientes e contextos, como por exemplo, a Educação Social. Embora seja possível diferenciar estas áreas da educação, carecemos compreender que ambos não acontecem isolados, seus conceitos e objetivos se entrelaçam mesmo obtendo características próprias.

[...] como experiência especificamente humana, a educação é uma forma de intervenção no mundo. Intervenção que além do conhecimento dos conteúdos bem ou mal ensinados e/ou aprendidos implica tanto o esforço de reprodução da ideologia dominante quanto o seu desmascaramento. Dialética e contraditória, não poderia ser a educação só uma ou só a outra dessas coisas. Nem apenas reprodutora nem apenas desmascaradora da ideologia dominante (FREIRE, 1996, p. 38).

Em princípio, toda educação é, ou deve ser social, pois quando falamos de educação não podemos separá-la do contexto familiar, social e político de onde vivemos (SOUZA, MULLER, 2009). Entretanto, a Educação Social é nomeada como uma área, pois precisamos entender a sua dimensão de trabalho pela garantia dos direitos humanos, promoção cultural e referendar e expandir a discussão educacional neste sentido, assim, necessita que ela seja nomeada diferentemente.

No Brasil Educação Social não se constitui como um campo novo, embora só recentemente as discussões sobre o tema começaram a ganhar certa visibilidade, na prática ela é desenvolvida á pelo menos três décadas, entretanto com diferentes nomenclaturas. Desta forma a Educação Social é uma área em formação em nosso país, constituindo-se como uma educação que tem por objetivo a promoção cultural e social dos indivíduos com vulnerabilidade social. A ação da educação social é potencializar o individuo para que possa ir além dos desafios e modificar seu contexto, promovendo sua emancipação, tornando-o autor da sua própria história, sendo uma ação do presente, visando o futuro e considerando o passado (MULLER, et al 2010).

Se trata de una apuesta social sobre su futuro: la incorporación de cada sujeto particular a las redes normalizadas de época. La educación social promueve la sociabilidad del sujeto para posibilitar su acceso y circulación por los circuitos sociales amplios. [...] Se trata de acciones particulares en las que un agente de la educación realiza la transmisión de contenidos (del patrimonio cultural amplio) juzgados como necesarios para un sujeto de la educación (NUÑEZ, 2004, p.40).

Assim, o objetivo da Educação Social é traçar estratégias para potencializar o individuo para sua efetiva participação social, sendo construída uma nova oportunidade de crescimento, buscando a conscientização sobre seu lugar perante a sociedade e seu real direito de se manifestar na busca da transformação da garantia de seus direitos violados em meio ao atual quadro de injustiça social (MULLER, RODRIGUES, 2002).

A Educação Social passa a ser uma forma de ofertar ao sujeito uma formação diferenciada da que ocorre na escola e por esse motivo necessitamos ampliar o entendimento de educação para além das instituições escolares. Nesta direção, Diaz (2006, p. 92) sustenta que:

O indivíduo socializa-se dentro e fora da instituição escolar e, por isso, a educação social deve efetuar-se em todos os contextos nos quais se desenvolve a vida do ser humano” (DÍAZ 2006, p. 92).

Para Freire (1996) toda ação educativa envolve sujeitos, conteúdos, objetos e métodos que orientam essa pratica. A Educação Social é basicamente práxis, intervenção sistemática e fundamentada, se relaciona com o processo, entende o

sujeito como um ser que pensa, age, sente e interage com seu contexto social, desta forma a educação social são ações educativas, que buscam a defesa dos direitos humanos, posiciona-se contra a injustiça social, busca a transformação e a mudança da atual realidade do sujeito (MULLER, et al 2010).

Com o cenário de vulnerabilidade social surgem de fato à necessidade de pessoas para trabalhar com as crianças e adolescentes destituídos de seus direitos básicos, neste contexto os sujeitos que atuam na Educação social são chamados de Educadores sociais. Deve se lembrar de que à ação do educador social é totalmente educativa, levando em consideração que o fator do vínculo com essas crianças e adolescente é um importante componente afetivo para o desenvolvimento de todas as ações (MULLER, 2002). Nos relatórios analisados nesta pesquisa, os educadores explicitam o valor do vínculo quando apontam que:

[...] Depois quase no fim, comecei a conversar com um menino, G. conversei com ele sobre escola, bairro, sobre o projeto também, e ele me disse que gostava muito de estudar, ele falou também que queria morar numa casa ao lado da pracinha, perguntei a ele o porquê e ele me disse 'para poder vir todas as semanas brincar aqui' (pois quando o pai dele não está em casa ele não pode ir ate lá) [...] (Relatório 59).

[...] Chegando lá haviam poucas crianças, fomos recebidos em meio a abraços, os professores L., B. e eu ficamos brincando de elástico junto com as crianças [...] (Relatório 67).

[...] o L. que é o menino que comentamos na sala veio me perguntar porque a professora do cabelo enroladinho não tinha ido hoje (A.), dai expliquei para ele que ela era de outra cidade e que tinha um compromisso lá, mas que na próxima semana achava que ela iria vir, então ele me deu tchau e voltou brincar na árvore onde havia umas crianças brincando [...] (Relatório 33).

Como podemos observar nos relatos acima a conexão do educador social com as pessoas com que se trabalha torna-se imprescindível, pois é por meio dele que o educador promove um diálogo mais aberto e participativo com as crianças e adolescentes. O Educador Social trabalha com a promoção cultural e social do sujeito, sendo um agente de transformação, buscando promover a emancipação do sujeito, tornando-o o autor da sua própria historia mesmo estando em um cenário de desigualdade social (MULLER, RODRIGUES, 2002). Assinalamos a questão do compromisso como parte da relação educacional:

[...] No momento em que entrei na Van vi uma menina que senti um carinho por mim, ela mandou a P. me avisar que tinha me mandado um beijo, então eu desci da Van e dei um beijo no rosto e um abraço nela [...] (Relatório 22).

[...] cheguei ao bairro de moto taxi, pois antes estava a dar aulas para crianças em um colégio da cidade. Quando cheguei ao bairro uns de meus pequenos amiguinhos veio me receber e disse que estava a minha espera [...] (Relatório 69).

Neste cenário o educador social estabelece um compromisso firme com a prática transformadora, e fica explícita a importância da afetividade entre as pessoas envolvidas na prática educativa, esta possui um papel fundamental na vida da criança e do adolescente, contribuindo por meio de ações educativas e intervenções com eles a inclusão social, na busca da compreensão de si, do outro e da sociedade em geral (MULLER, 2012). Os educadores não podem falhar com as crianças e adolescente que estão nesse processo de interação social, em busca de uma participação mais ativa na comunidade, é necessário que o Educador Social conheça muito bem as crianças e seus adolescentes, como também a comunidade envolvida nesse processo de mudança social.

O desenvolvimento das ações da educação social necessita que a humanidade substitua a cultura do ter para a cultura do dar, tornando-se um compromisso com a comunidade em geral e não consigo mesmo, onde todos crescem independentemente da classe social. O Projeto Brincadeiras desenvolve suas ações educativas mediante o conceito de Paulo Freire de que (1987, p. 68) “[...] o educador já não é o que apenas educa, mas o que, enquanto educa, é educado, em diálogo com o educando [...]” igualando o educador, a criança e o adolescente sujeitos do mesmo processo, por isso as ações do projeto a autoritarismo não se faz presente.

Os estudos nesta área apontam diversas formas para a ação educativa da Educação Social, Muller e Rodrigues (2002, p. 41) destacam que transmitir para as crianças e adolescentes com direitos violados princípios como respeito, compromisso, diálogo, inclusão e participação são categorias fundamentais para o trabalho com a educação social. As educadoras apontam que, se o princípio do trabalho for o respeito, poderá esta ação educativa configurar-se efetivamente e em busca da promoção cultural e social. Contudo, cabe ao educador social transmitir

conhecimento historicamente construído e sempre respeitar cada indivíduo da forma que ele é ensinando quais são seus direitos e deveres na sociedade.

[...] Depois quase no fim, comecei a conversar com um menino, G. conversei com ele sobre escola, bairro, sobre o projeto também, e ele me disse que gostava muito de estudar, ele falou também que queria morar numa casa ao lado da pracinha, perguntei a ele o porquê e ele me disse “para poder vim todas as semanas brincar aqui”, disse a ele que estudar e brincar em lugares como a pracinha era direito dele [...] (Relatório 59).

[...] Continuamos jogando futebol e explicando, sempre que necessário, que não era para trapacear e sim respeita, que não era para machucar o colega do time adversário até que alguns por situação de jogo mesmo (como trombada ou tombo) se machucaram levemente, mais sempre explicávamos a que era preciso pedir desculpa ao outro, ajudamos as crianças, as quais as mesmas em poucos minutos já estavam novamente jogando e se divertindo[...] (Relatório 19).

Dentro deste contexto, percebe-se por meio dos relatórios que o princípio do respeito ao próximo permanece presente durante as ações educativas do Projeto Brincadeiras, modificando a relação das crianças e adolescentes num processo de vivência e experiência de uma relação social mais afetiva entre as pessoas da comunidade, na construção de sujeitos mais reflexivos e participativos, no enriquecimento pessoal e social do indivíduo (MULLER, RODRIGUES, 2002).

No Brasil, os sujeitos que atuam na Educação Social são chamados de educadores sociais, sendo que não existe uma pré-condição para se trabalhar com essa área, como por exemplo, a exigência de curso superior ou ensino médio. A situação atual da área é tão transitória que muitas das vezes basta à boa vontade para atuar, muitos educadores são voluntários e atuam em diversos lugares, que segundo Natali e Paula (2009, p. 3158) no Brasil podem ser:

[...] presídios, asilos, em instituições de cumprimento de medidas sócio educativas, programadas de redução de danos de drogas, em instituições de contra turno social que atendem crianças e adolescentes em situação de risco entre outros espaços.

Assinalamos que a prática da Educação Social requer uma formação específica, sendo necessário acabar com os mitos que qualquer pessoa trabalha com crianças e adolescentes com direitos violados, sem uma ação educativa qualificada. É possível ter a dimensão de como a formação é imprescindível quando recorreremos aos relatórios dos educadores, ilustram nos relatórios diversas situações

em que não conseguiram dar o encaminhamento correto em situações ocorridas no bairro, mesmo estando em formação semanal:

[...] Percebi no ponto de ônibus que lá perto haviam alguns adolescentes fumando maconha, sei o que era o que estavam fumando porque já estive em contato com a droga várias vezes. Já que não estavam oferecendo pra nenhuma criança e não estavam machucando ninguém na praça não realizei nenhuma intervenção a respeito, apenas continuei com as atividades [...] (Relatório 32).

[...] Com o decorrer do tempo por volta da 18h15min duas meninas que estavam jogando vôlei por motivo, segundo alguns adolescentes, de namorado começaram a brigar no meio da praça, com socos e chutes, neste momento estávamos eu e A. brincando de elástico com duas meninas, uma delas chamada de D., bem ao lado onde estava ocorrendo à briga. Ao perceber do que realmente se tratava logo que imediato gerou uma aglomeração em volta, e alguns acadêmicos foram para separar e acabar com a discussão, mas foram alertados para não se envolverem tanto por outros acadêmicos, quanto por vizinhos. Algumas crianças estavam muito assustadas já querendo ir embora, nessa hora eu falei para uma menina que estava ao meu lado para ficar tranqüila que nada iria acontecer com ela, neste momento também, a A. explicava para outra que devido à irresponsabilidade de duas meninas, elas teriam atrapalhado a brincadeira de todas as crianças e que brigar não era certo. A briga foi separada pelas pessoas que estavam em volta (Como o motorista da UEM, por exemplo) e pela ameaça de chamar a policia também, então cada menina que estava brigando foi embora, cada uma para um lado [...] (Relatório 14).

[...] um menino adolescente disse para outro colega do meu lado que não vai a escola desde o começo do ano, pensei em ir falar com ele mais logo ele se levantou para ir embora, assim encerramos o projeto naquele dia nos despedindo de todos[...] (Relatório 31).

Estes profissionais trabalham com as demandas vivenciadas pelas crianças e adolescentes com direitos violados, por isso a necessidade de uma formação nas políticas da infância, sobre a rede de atendimento do município e metodologias adequadas para a pratica educativa, pois conseguimos perceber nos trechos dos relatórios dos educadores a dificuldade em resolver de forma educativa situações que ocorreram durante as intervenções por falta de uma formação mais direcionada a esse tipo de situação (MÜLLER et al, 2010). Não encontramos nos relatórios seguintes encaminhamentos sobre as questões ou problemas levantados em relatórios anteriores.

Desta forma encontramos uma falha na formação e atuação inicial dos educadores sociais do projeto de extensão. Segundo Natali (2009, p. 2.606):

[...] a formação do educador social precisa ser ampla, no sentido de que deve abranger o conhecimento específico de sua área de formação, o conhecimento da trajetória das políticas sobre a infância e a adolescência, e uma formação política. Partindo da definição de que a formação do educador social de rua precisa ser comprometida com a luta das classes populares, assumimos que o foco da formação do educador social não pode estar desvinculado desse compromisso (NATALI, 2009, p. 2.606).

Diversos países já convivem com o profissional de educação social a partir de uma formação mais concreta como o Canadá, Portugal, Espanha, Islândia, Vietnam, Grécia, Uruguai e muitos outros. A profissão de educador social é tão comum pelo mundo, que já existem várias redes organizadas nesse sentido, já no Brasil, não existe uma formação acadêmica específica para o educador social. Sobre a profissão, existem projetos de lei (no Senado e na Câmara de Deputados) que buscam a regulamentação desta profissão, mas que ainda não foram votados em todas as instâncias, ainda está tramitando (SOUZA, et al, 2014).

Apesar do reconhecimento profissional do Educador Social junto à Classificação Brasileira de Ocupações (CBO), no Brasil ainda não possui uma lei que regule a profissão. A CBO é um instituto sistematizado de competência do Ministério do Trabalho e Emprego que reconhece, nomeia e codifica os títulos e descreve as características das ocupações do mercado de trabalho brasileiro. Em uma democracia cabe ao Poder Legislativo o dever de discutir e de aprovar as leis que regem a sociedade como um todo (SOUZA, et al, 2014).

No caso da Educação Social, existem dois projetos na atualidade que tramitam com o objetivo de regulamentar a profissão do educador social, um no âmbito do Senado Federal e outro no âmbito da Câmara dos Deputados (PL 5346/2009). Faz-se importante pensar na regulamentação da Educação Social, onde compreendemos a importância dessa área da educação ao trazer para a sociedade valores como o reconhecimento dos direitos humanos, tudo que é garantia de direitos e que muitas vezes passa despercebida, buscando sempre a emancipação da sociedade (SOUZA, et al, 2014).

Reconhecemos que a ação social possui características educativas, e encontramos questões importantes a serem discutidas em relação à profissão e formação do educador social como uma área de conhecimento específico. Essa reflexão se faz necessária em relação a todas as possibilidades de atuação da educação social e dos Educadores Sociais apontadas à família, à comunidade ou à

sociedade em geral tornando a qualificação profissional indispensável para o processo de profissionalização (MULLER, et al. 2014).

Em ambas as áreas da educação, a prioridade sempre é a população e no caso da Educação Social isso não se modifica, o fato de trabalhar com crianças e adolescentes em diversas situações sociais implica ao Educador Social um compromisso muito grande com a prática educativa para que se cumpra o objetivo da educação social e para isso é preciso, no mínimo que os profissionais que nela atuam tenham ao menos uma formação e o reconhecimento legal e social destas ações educativas, buscando sempre a evolução de uma comunidade mais justa e livre.

Para atuar na educação formal, os profissionais necessitam de uma formação universitária e na Educação Social isso também se faz necessário, para que as ações educativas consigam ser desenvolvidas a partir das necessidades dos sujeitos onde esses profissionais estão em contato.

O Projeto Brincadeiras (2014) utiliza como estratégia para intervenção a roda da conversa como um momento sistematizado do diálogo entre educadores e educandos. Muitas vezes os educadores utilizam este momento para discutir o ECA com os participantes do projeto Brincadeiras. Salientamos que, a falta de formação dos educadores sociais do projeto muitas vezes dificulta essa ação, conhecem pouco o ECA, como podemos observar nos relatórios abaixo:

[...] enquanto na roda, com todas as crianças reunidas foram repassados os recados e comentado sobre desentendimentos e brigas. Encerramos o projeto, as duas crianças devolveram a bola tranquilamente e novamente varias outras crianças foram até nós para se despedirem e após isso, retornamos para UEM [...] (Relatório 19).

[...] no final, reunimos todos para a roda conversa em um circulo e conversamos sobre a briga da semana passada explicando que lá não era lugar para isso e resolver esses assuntos em outro lugar. Demos tchau e fomos embora (Relatório 21).

Podemos observar que em nenhum dos relatórios do período estudado os educadores falam sobre o ECA para as crianças e adolescentes, dessa forma a formação do educador social no conhecimento da trajetória das políticas sobre a infância e a adolescência se faz de suma importância na prática educativa, pois ele atua com crianças e adolescentes que necessitam conhecer a garantia desses direitos. Entendemos também que essa formação do educador social precisa ser

comprometida com a luta das classes populares e com a dialogicidade no sentido de promover este movimento de diálogo e principalmente de escuta.

A Educação Social já esta crescendo no Brasil, contudo para que a mesma possa caminhar como um instrumento para uma sociedade mais justa é preciso sim que algumas coisas sejam analisadas e modificadas por meio de uma política publica nacional que vise a Educação Social como a educação que busca a construção de sujeitos mais envolvidos, críticos e participativos dentro da sociedade, não tornando a escola como a única instancia educativa, buscando superar o processo de escolarização, construindo uma educação que busca o conhecimento para a vida, uma aprendizagem mais cidadã e significativa (SOUZA, et al, 2014).

Compreendemos, portanto, a partir das análises destas categorias que o Educador Social tem um papel muito importante na vida das crianças e adolescentes em vulnerabilidade social, proporcionando a esses meninos (as) uma vivência e não uma sobrevivência de vida como estão habituados. Assinalamos também que a ação educativa é composta por uma multiplicidade de fatores e que este cenário da educação necessita de discussões teóricas, metodologias e políticas para uma formação profissional. Nas análises também permanece explícita a necessidade do reconhecimento da área da Educação Social, por meio da atuação de educadores com uma formação mais aprofundada nas políticas da infância.

4. PROJETO BRINCADEIRAS: PRINCÍPIOS E AÇÕES EDUCATIVAS

Neste capítulo vamos tratar sobre os meandros do Projeto de extensão “Brincadeiras com meninos e meninas de/e nas ruas”. Este projeto tem dois lócus de atuação, a cidade de Maringá-PR e a cidade de Ivaiporã-PR. Trataremos neste capítulo, do histórico, fundamentos e ações do projeto de extensão universitária, no que diz respeito ao projeto Brincadeiras na cidade de Maringá/ e na cidade de Ivaiporã.

4.1. PROJETO BRINCADEIRAS COM MENINOS E MENINAS DE/E NAS RUAS NA CIDADE DE MARINGÁ

O Projeto “Brincadeiras com Meninos e Meninas de/e nas Ruas”, da Universidade Estadual de Maringá – UEM atua com crianças e adolescente com direitos violados, desenvolvendo brincadeiras orientadas, tendo como função social à exposição do Estatuto da Criança e do Adolescente (1990), com ênfase na ação educativa (MULLER, RODRIGUES, 2002).

O Projeto Brincadeiras, que foi criado em 1997, tem sua ação educativa vinculada ao Programa Multidisciplinar de Estudos, Pesquisa e Defesa da Criança e do Adolescente (PCA) e tem como parceiro o Movimento Nacional de Meninos e Meninas de Ruas – MNMMR e a Associação de Educadores Sociais de Maringá - AESMAR (NATALI, LARA, 2007).

O Projeto Brincadeiras na Universidade Estadual de Maringá (UEM) iniciou suas atividades fazendo parte do Departamento de Educação Física. Atualmente o projeto pertence a Pró-Reitoria de Extensão e Cultura (PEC/UEM). O projeto foi criado pela Prof. Dra. Verônica Regina Muller, tendo um caráter multidisciplinar. O Projeto possui sua sede na Biblioteca Central da UEM, a coordenação geral é realizada pela professora Dra. Verônica Regina Muller, tendo atualmente acadêmicos do curso de Educação Física, Artes Cênicas, Direito, alunos da pós-graduação, e comunidade externa à UEM, contando em Maringá com aproximadamente 10 educadores (VOLPINI, 2013).

Segundo Volpini (2013), a participação e ação do projeto ocorrem com crianças e adolescentes com direitos violados, onde muitas delas encontra-se com

escasso ou nenhum acesso a um espaço de lazer, atividades e espaços de cultura e brincadeiras adequadas as suas condições de desenvolvimento e seus direitos.

O Projeto de extensão faz parte do programa de Pesquisa e Defesa da Criança e do Adolescente (PCA), que foi criado em 1992 sendo um programa de assessoria, capacitação, intervenção e produção científica, vinculado à Pró-Reitoria de Extensão e Cultura-PEC da Universidade Estadual de Maringá (UEM). O PCA direciona-se a exposição de práticas e conhecimentos sobre a temática específica da infância e adolescência. Prioriza a participação de distintos atores sociais na busca a defesa da criança e do adolescente e procura contribuir para o debate nacional sobre opções de melhorias a qualidade de vida dessas crianças e adolescentes (Fonte: site PCA). O PCA procura, desenvolver atividades alicerçadas na Doutrina na Proteção Integral disposta em documentos internacionais e na legislação brasileira, especialmente da Constituição Federal e no Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA, possuindo parceria com organizações do mesmo setor, com organizações estatais, privadas e da sociedade civil, estabelecendo vínculos efetivos nos âmbitos municipais, regionais, estaduais, nacional e internacional, sem perder de vista o seu perfil acadêmico social (fonte: site PCA/2015).

O Projeto Brincadeiras também esta vinculado ao Movimento Nacional de Meninos e Meninas de Rua – MNMMR, criado em, 1985, sendo autônomo e composto por uma rede de educadores, ativistas e colaboradores voluntários com interesse de sensibilizar e mobilizar a sociedade para a defesa e promoção dos direitos das crianças e adolescentes que vivem nas ruas, se caracteriza como uma “Organização não governamental (ONG) e sua ação se da inteiramente com crianças e adolescentes em situação de risco social” (MULLER, RODRIGUES, 2002).

O MNMMR é uma: [...] organização social que busca principalmente a defesa dos direitos humanos e da cidadania, este movimento segundo seu caderno “10 anos de MNMMR” (1995) tem como principio fundamental de atuação considerar crianças e adolescentes como seres em condições peculiares de desenvolvimento, cidadãos, sujeitos de direitos legítimos que devem participar de decisões sobre sua vida, de sua comunidade e da sociedade em geral (NATALI, LARA,2007 p. 02).

No início de sua trajetória o projeto era desenvolvido no bairro Santa Felicidade na cidade de Maringá/PR. Neste bairro conviviam pessoas de varias religiões, sendo um bairro periférico, com casas populares e considerado pela opinião publica um dos bairros mais violento da cidade (MULLER, RODRIGUES, 2002). O projeto se manteve no bairro Santa Felicidade até 2007, neste mesmo ano os educadores do projeto passaram a desenvolver as intervenções em outra comunidade, por sugestão de uma das integrantes do projeto.

O projeto passou a ser realizado no bairro Jardim Esperança, na cidade do Sarandi, uma cidade próxima a Maringá, na Escola Municipal Ayres Aniceto de Andrade. Os educadores utilizavam todo espaço externo do colégio para a realização das atividades com as crianças e adolescentes, mas em função de uma reforma no local se tornou inapropriado para as crianças, sendo assim passaram a utilizar a quadra localizada fora da escola, que pertencia ao bairro. Os educadores encontraram dificuldades ao realizar as atividades em relação ao espaço físico, sendo necessárias algumas mudanças inesperadas nas atividades programadas.

Atualmente o projeto voltou para a cidade de Maringá e ocorre no bairro Odvaldo Bueno, um bairro novo, com casas populares e que foi escolhido para o projeto ser desenvolvido após um mapeamento da cidade de Maringá. Este mapeamento levou em consideração o número de crianças no bairro, a facilitação de políticas de esporte e lazer no bairro, bem como o espaço para a realização das atividades.

O projeto Brincadeiras acontece em duas ocasiões da semana. O PCA é a sede de encontro dos educadores todas as sextas-feiras com estudos e discussões sobre textos, livros dos autores Paulo Freire, ECA, Violeta Nunez, sobre Sociologia da infância, dentre outros artigos que norteiam a infância e seus direitos e também são discutidas as ações educativas desenvolvidas no sábado anterior e a organização das atividades, com princípios educativos definidos pelo projeto (respeito, compromisso, dialogo, cooperação e inclusão), e organizam os materiais para o dia seguinte. No sábado a Universidade Estadual de Maringá disponibilizava o transporte para levar os educadores até o bairro para a realização das atividades educativas (VOLPINI, 2013). Todas as ações desenvolvidas pelo projeto são registradas em relatórios feitos individualmente por cada educador participante do projeto e enviados para o e-mail do Projeto Brincadeiras, sendo que semanalmente esses relatos são discutidos e analisados nas reuniões. A ação dos acadêmicos no

Projeto Brincadeiras é construída pela participação efetiva ao longo do tempo, sendo que a formação desses educadores acontece por meio dos estudos semanais e das vivências com as crianças e adolescentes no bairro (VOLPINI, 2007).

4.2 PROJETO BRINCADEIRAS COM MENINOS E MENINAS DE/E NAS RUAS NA CIDADE NA CIDADE DE IVAIPORÃ.

Antes mesmo de falar sobre o Projeto Brincadeiras de Ivaiporã, entendemos como indispensável comentar sobre o bairro onde o projeto é desenvolvido. A vila Nova Porã, mais conhecida como Maneco, a partir das observações da pesquisadora, que também é educadora do projeto e vai semanalmente ao bairro, este é um bairro pequeno da cidade de Ivaiporã, em relação às instalações observa-se a presença de um centro Municipal Infantil CMEI Nova Porã e o Centro da Juventude, vários bares, Igrejas Evangélicas, pontos de ônibus e uma praça no centro da vila, próxima a Escola Municipal Bento Viana e nenhum posto de atendimento a saúde. As casas são em suas maiorias pequenas, com portões baixos, alguns inacabados, pinturas velhas ou até sem, feitas de tijolos ou madeiras. Algumas possuem quintais de terras e outras calçadas de concreto, sendo que a maioria possui casas simples, típicas de um bairro de periferia.

Os moradores da Vila Nova Porã são majoritariamente de classe social baixa. A maior parte não possui automóvel, assim utilizam os ônibus de linha para locomoção e as crianças e adolescentes, os ônibus escolares. Grande parte dos moradores são bem comunicativos, pois em todas as oportunidades de conversa com os pais das crianças, eles se mostraram simpáticos e acolhedores com os educadores do projeto. As crianças e adolescentes do bairro possuem roupas e calçados simples, às vezes vão descalço ou de chinelo, mas raramente de tênis, a partir das observações da pesquisadora.

O Projeto Brincadeiras em Ivaiporã iniciou-se no ano de 2014, coordenado pela professora Ms. Paula Marçal Natali, que faz parte do departamento de Educação Física da Universidade Estadual de Maringá. O projeto tem sua sede na UEM, no Campus Regional do Vale do Ivaí, onde são realizados os encontros semanais e guardados os materiais que são disponibilizados pela universidade para as aplicações das atividades no bairro. O projeto é composto atualmente por 13 educadores, sendo que os encontros acontecem em dois momentos, sendo os

estudos e discussões sobre Estatuto da Criança e do Adolescente, textos e livros que abordam a infância e seus direitos, a Educação Social, discussão dos relatórios produzidos pelos educadores sociais e o preparo das atividades a serem desenvolvidas com as crianças e adolescentes as terças feiras às 16h30min e a intervenção no bairro ocorre as 17h00min até às dezessete horas, sendo que os acadêmicos organizam os materiais para as atividades e vão para o bairro com a van ou o carro disponibilizado pela universidade.

[...] Fizemos a reunião de costume abrangendo vários assuntos antes de nos dirigirmos ao local das atividades práticas com as crianças [...] (Relatório 21).

[...] Após a reunião, já organizado o que iríamos fazer e o que iríamos levar fomos de van para mais um dia de intervenção no bairro [...] (Relatório 19).

[...] Segundo dia de intervenção, no momento inicial foram escolhidas os materiais para serem levados ao bairro corda, bolas, bambolê e como prometido as brincadeiras de bets² e elástico³. Logo após ocorreu a ida para o bairro, como a van não estava disponível ocorreu à separação do grupo para ir usando o carro da UEM e o da professora [...] (Relatório 09).

[...] Após a reunião, como sempre, foi separado o material que iríamos levar para a intervenção [...] (Relatório 36).

No primeiro encontro de estudo do projeto, os acadêmicos participantes foram divididos em duplas ou trios para irem aos bairros da cidade com o intuito de observar se neles haviam crianças brincando pelas ruas, alguma praça, campo ou um espaço em que fosse possível realizar o projeto. Após todas as visitas dos educadores, foram expostas ao grupo às situações e características de cada bairro visitado. Os educadores reunidos decidiram que o projeto ocorreria na vila Nova

² Quatro jogadores são divididos em duas duplas. Eles colocam as garrafas a 10 passos de distância uma da outra e tiram par ou ímpar para decidir que dupla vai ficar com os tacos e que dupla vai ficar com a bola. As crianças que estão com a bola devem arremessá-la para tentar acertar as garrafas. A dupla que está com os tacos tem que proteger as garrafas arremessando a bola para longe. Quando isso acontecer, os jogadores trocam de posição: correm da garrafa em que estavam para a garrafa do outro lado. Cada vez que eles se cruzam, marcam uma quantidade de pontos (de 10 em 10 ou de 12 em 12, até atingir o número de pontos total da brincadeira).

³ Dois ficam em pé, um de frente para o outro e distantes cerca de 2 metros. O elástico deve ficar ao redor das pernas deles, que precisam ficar abertas para segurá-lo esticado. Uma terceira pessoa deve pular dentro do retângulo formado pela tira e fazer desenhos e amarrações com as pernas.

Porã, mais conhecido como Maneco, por que era um bairro periférico da cidade, no bairro havia um grande número de crianças brincando na rua e uma praça localizada no centro da vila e próxima a uma escola, que traria ao projeto um ponto positivo, pois a maioria das crianças passariam pela praça para irem as suas casas e assim seria mais fácil dos educadores realizarem uma abordagem, chamando as para participar do projeto Brincadeiras.

Foi feita uma vistoria sobre o bairro escolhido no projeto, os Alunos C. C. e P. S.. Andamos pelo bairro com o intuito de visualizar o estado do mesmo para ser feito o projeto. Foram encontradas poucas crianças na rua, algumas andando de bicicleta, e muitas dentro de suas casas brincando. Perguntamos para algumas crianças se elas tinham vontade de participar do projeto e usar o centro da juventude para brincar e elas ficaram animadas em saber do projeto e falaram que gostariam sim de participar. (Relatório 77).

Segundo Muller e Rodrigues (2002), a prática do projeto Brincadeiras nutre-se totalmente da teoria que estudam a cada reunião do projeto e do compromisso assumido com as pessoas envolvidas no processo.

No dia 26/08/2014 foi nossa quarta intervenção no Bairro Maneco. Às 15h30min começamos a reunião [...]. De início fizemos a brincadeira que eu fiquei responsável em fazer, logo depois, foi discutido dois artigos do ECA, e falamos quais as brincadeiras nós podíamos fazer com as crianças/adolescentes do bairro “Maneco” e falar do acontecimento da semana passada, relacionada a briga de duas meninas. Os materiais utilizados para levar foram duas bolas de vôlei, bola de futebol, cordas e bambolês [...] (Relatório 22).

[...] Terça-feira é o dia de nos reunirmos para discutirmos, assuntos do projeto, e lermos artigos do ECA, e também cada semana um educador trás uma brincadeira [...] (Relatório 28).

A intervenção do projeto Brincadeiras ocorre em uma praça localizada no centro do bairro onde são desenvolvidos jogos e brincadeiras coletivas, competitivas e cooperativas além de brincadeiras tradicionais como queimadas⁴, duro mole⁵,

⁴ Os participantes são divididos em dois grupos iguais, que ficam cada um de um lado do campo. O objetivo de cada um é “queimar” os integrantes do time adversário, acertando um a um com a bola até que não sobre ninguém.

⁵ Um jogador será o pegador enquanto as outras crianças fugirão. Ao tocar em alguém, o pegador deve dizer “duro” desta forma o jogador ficará paralisado e só voltará a correr se qualquer outro fugitivo tocá-lo dizendo “mole”.

pega-pega⁶, entre outras, ressaltamos estas manifestações, pois partimos do entendimento que esta parte do patrimônio cultural infantil precisa ser preservado e perpetuado na história por meio das vivências coletivas e individuais (MULLER, RODRIGUES, 2002).

[...] logo que começaram a chegar às outras crianças todos educadores juntos começaram a brincar de passar por baixo da corda passou um tempo mudamos de brincadeira e começamos a pular corda enquanto outros educadores estavam brincando de outro tipo de brincadeira (eu, J., P., L., e B.) avistamos alguns adolescentes e chamamos para brincar de três cortes [...] (Relatório 09).

[...] Chegando lá avistamos alguns educadores já brincando de bets com os bambolês e com as bolas. Por isso eu e mais outras duas educadoras fomos brincar de elástico (...). Até um menino chamado João me chamar pra brincar de corda com ele, fui peguei e amarrei a corda para nós brincarmos, com isso as crianças que estavam brincando com os bambolês foram também brincar com a corda e elas escolheram a brincadeira de passar por de baixo da corda, assim tinha muita criança nessa brincadeira, e eu e os outros educadores decidimos repartir, pegando mais corda e fazendo duas brincadeiras com cordas a de passar por baixo e de pular, falamos para as que quisessem pular era pra ir do outro lado] (Relatório 10).

A brincadeira se torna uma das formas que as crianças e adolescentes possuem de interagir entre si, com os educadores e conseqüentemente com o mundo a sua volta e é através dos jogos e brincadeiras junto ao diálogo que os educadores conseguem desenvolver com as crianças e adolescentes diferentes reflexões e a noção de que são sujeitos de direitos. A organização dessas atividades se estabelece pelas regras das brincadeiras sendo sempre orientadas por um ou mais educadores (MULLER, RODRIGUES, 2002).

O Projeto Brincadeiras de Ivaiporã-PR é uma extensão do Projeto Brincadeiras de Maringá, que busca desenvolver atividades lúdicas e esportivas, problematizando o Estatuto da Criança e do Adolescente com crianças e adolescente com direitos violados tendo por objetivo ações educativas como proporcionar as crianças e adolescentes brincadeiras orientadas, desenvolvendo uma consciência política, como também resgatar brincadeiras infantis fundamentais

⁶ O jogo começa elegendo um dos participantes como o pegador. Este, dado um sinal, passa a perseguir os outros jogadores. Quem for alcançado primeiro passa a ser novo pegador e assim sucessivamente.

para cultura e desenvolvimento da criança, além de estimular estudos e pesquisas multidisciplinares na área da infância e adolescência em risco social, em busca da sensibilização dos acadêmicos envolvidos no projeto e a sociedade em geral sobre a problemática dessas crianças e adolescentes em vulnerabilidade social (NATALI, 2009). Como apontados nos relatórios dos Educadores do Projeto:

[...] Assim que avistei algumas crianças chamei para brincar de batata quente⁷, brincamos um bom tempo, depois mudamos para “corre lenço⁸” apareceu a F. para brincar junto, assim foi chegando varias crianças, então eu e a F. resolvemos mudar de brincadeira e começar a “queimada”, depois mudamos para “vivo ou morto⁹” e quando acabou a brincadeira a V. chegou e começamos a brincar de “pato marreco”, assim que as crianças foram fazer outra atividade com os outros educadores [...] (Relatório 15).

[...] chegando lá já avisto algumas crianças pego o elástico e vou pra lá brincar com elas, mas fico pouco tempo, e vou jogar vôlei com uma menina de uns 12 anos, bom estávamos jogando eu e ela quando apareceram mais garotas adolescentes entre 15,16,17 anos nós brincamos de toquinho com a bola de vôlei e 3 corte¹⁰, bom enquanto eu estou brincando com as meninas os outros educadores estão com as crianças menores brincando de corda, batata quente, e o L. estava com os meninos maiores na bets [...] (relatório 17).

⁷ Os jogadores formam um círculo, com um deles sentado ao centro da roda com os olhos vendados. No círculo, cada jogador deve passar a bola para o que está a sua direita. Enquanto o objeto circula, todos cantam: ‘Batata quente, quente, quente, quente. A qualquer momento o jogador que está vendado pode gritar “queimou”, quem estiver com a bola nas mãos nesse instante será o próximo a ir para o centro da roda.

⁸ Todos os participantes, com exceção de um, ficam sentados em círculo. O que ficou de fora será o pegador. Com o lenço na mão ele andarà lentamente em volta do círculo enquanto todos cantam “lenço atrás, corre mais”. No meio da cantoria o pegador deixa cair, disfarçadamente, o lenço atrás de um dos jogadores. Quando o participante escolhido percebe que o lenço está atrás dele, começa a perseguição ao ‘pegador’, que deve correr para ocupar o lugar vago. Se for apanhado antes de chegar ao lugar vazio, o pegador continua nessa função, mas se conseguir dar a volta e ocupar o lugar vago é o jogador escolhido quem vira o pegador.

⁹ Um dos participantes é escolhido como líder e ficará à frente do grupo. É ele quem vai dar as instruções que devem ser obedecidas pelos outros jogadores. Quando o líder disser "Morto", todos ficarão agachados. Quando o líder disser "Vivo", todos darão um pulinho e ficarão de pé. Quem não cumprir as ordens é eliminado, até sobrar um só participante, que será o vencedor e o próximo líder.

¹⁰ Os adolescentes ficam trocando passes com os colegas e contando até três (cada passe é um número). No terceiro passe, quem estiver com a bola dá um "corte" na bola tentando acertar um dos outros participantes, quem levar a bolada sai da brincadeira. Vence quem não for queimado.

Esta ação do educador de ocupar a praça, chamar as crianças para brincar, brincar com elas, deve ser ensinada e encarada pelos educadores como estratégia metodológica da ação do educador social, este tem que estar disponível e aberto para escutar e receber a criança e o adolescente para realizarem a ação educativa.

O projeto também possui como meta obter informações sobre as situações que as crianças e adolescentes participantes do projeto se encontram, por meio das atividades lúdicas. As ações do projeto Brincadeiras estão fundamentadas na formação política das crianças e adolescentes, sendo os jogos e brincadeiras um dos meios de conscientizá-las a respeito dos seus direitos e deveres constituídos no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA).

[...] Era fim de tarde, então já estavam algumas crianças sentadas em círculo pra a roda da conversa. A J. começou fazendo a brincadeira "PA-PA-RA-PAPAN- REI [...]. Então ela explicou um pouco mais sobre o ECA e disse as crianças o que era o significado do ECA, algumas deles responderam certinho. Encerramos o projeto e algumas das crianças nos abraçaram como de costume [...] (Relatório 34).

Podemos perceber que por meio dos jogos e brincadeiras desenvolvidos com as crianças os Educadores buscam transmitir às eles a importância de conhecer seus direitos por meio da ludicidade. Estas tentativas iniciais dos educadores buscavam criar vínculos entre os indivíduos que dela participam e também que estes passem a compreender que a participação social passa pelo fato de conhecer seus direitos o que torna-se fundamental para seu desenvolvimento (MULLER, 2002).

Essas ações nutrem-se de princípios básicos sendo utilizados como estratégias de abordagem nas intervenções. Na prática educativa eles se tornam essenciais e cabe aos educadores estarem imbuídos em todas as intervenções dos seguintes princípios: O respeito onde ambos devem ter em vista que todos possuem os mesmos direitos e deveres, sendo individual ou coletivamente. Esse princípio é construído em todas intervenções, onde as crianças e adolescentes convivem com sujeitos de personalidades distintas e aprendem a respeitar os outros e a si mesmo, por meio das regras dos jogos e até mesmo nas mudanças que fazem quando são necessárias (VOLPINI, 2013).

[...] Continuamos jogando futebol e explicando, sempre que necessário, que não era para trapacear, que não era para machucar o colega do time adversário até que alguns por situação de jogo

mesmo (como trombada ou tombo) se machucaram levemente, ajudamos as crianças, as quais as mesmas em poucos minutos já estavam novamente jogando e se divertindo [...] (Relatório 19).

Esse princípio é fundamental na vida de qualquer sujeito, na construção de seus valores, pois muitos não vivenciam isso em suas casas, em muitas situações os adultos não conseguem ouvir e nem respeitar o modo de pensar das crianças, por isso esse princípio se faz tão presente nas intervenções no bairro, para que as crianças e adolescentes consigam perceber a importância de respeitar o outro e ser respeitado numa transformação de atitudes.

O compromisso é um princípio de grande importância para a prática educativa do projeto, onde todos os educadores devem estar inteiramente ligados à prática educativa deve comparecer em todas as intervenções, somente prometer aquilo que podem cumprir, pois é através dessa relação que as crianças e adolescentes terão confiança nos atos dos educadores, além do compromisso em escrever seus relatórios ao final das intervenções, não faltar nos dias de estudos que são previamente agendados, com tudo o que ocorre durante e depois das atividades educativas. Já as crianças e adolescentes também devem ter compromisso com o cumprimento dos acordos feitos com educadores, regras e combinados (MULLER, RODRIGUES, 2002).

[...] Como combinado, na semana passada com as crianças, ficamos responsáveis de levar as bets e o elástico, mas acabamos levando mais 2 bolas, vários bambolês e cordas [...] (Relatório 12)

[...] logo chegaram os adolescentes então fui brincar com elas, de vôlei, de basquete e ficamos conversando, elas me chamam de professora, como brincamos de basquete com a bola de vôlei elas me pediram se eu poderia levar a bola de basquete no próximo dia eu disse que tentaria [...] (Relatório 18).

[...] Por volta das 16:30 eu e F. ficamos responsáveis de levar o material para o projeto, então pegamos 2 bolas de vôlei, 1 de futebol, cordas, bambolês, e uma bola de basquete que a B. tinha nos falado que umas adolescentes queriam brincar de basquete. Levamos o material na van as 16h45min, e todos nós educadores, fomos de van para o bairro [...] (Relatório 28).

Para Muller e Rodrigues (2002, p. 42) “O compromisso, enfim, efetiva-se no cumprimento da palavra dada, continuado do tempo.” Todos devem estar comprometidos com o projeto para que consigam desenvolver as ações da melhor

maneira, mostrando as crianças e adolescentes a importância do compromisso com as pessoas ao seu redor.

A inclusão é um dos princípios que os educadores encontram mais dificuldade em obter aceitação de algumas crianças e adolescentes, como por exemplo: aceitar que uma criança entre no jogo de três cortes onde estão apenas adolescentes brincando, entre outros casos, desta forma cabe aos educadores intervir com ações educativas para a mudança de atitudes deles mostrando a importância que cada um tem dentro daquela brincadeira.

No projeto a inclusão não se encaixa somente para crianças com deficiência, mas sim para todos que de alguma forma se sentem excluídos do meio em que vivem, por isso durante todas as brincadeiras, não importando qual seja a atividade, o número de participantes, sendo criança ou adolescentes todos devem participar da atividade, sendo permitido sair e entrar a hora que quiserem e podendo haver mudanças das regras durante o jogo ou a brincadeira.

[...] Vi que a brincadeira da D. estava animada fui junto com eles brincarem também, cheguei e perguntei a eles se eu poderia brincar me disseram que sim. Então brincamos do pato e marreco, foi engraçado e nos divertimos muito [...] (Relatório 16).

[...] conforme foram chegando fui brincar de alerta¹¹ com as crianças, tivemos que mudar as regras varias vezes, pois as crianças ficavam pedindo para falarem seus números, toda hora chegavam mais crianças e saiam muitas crianças então dificultava a brincadeira [...] (Relatório 23).

[...] Nisso uma das meninas que estavam neste grupinho veio e pediu para que a gente brincasse com elas de pif paf¹². Chamamos as crianças que estavam brincando com a gente na brincadeira anterior e fomos brincar de pif paf [...] (Relatório 27).

¹¹ Um jogador começa com a bola e os outros ficam a sua volta. Ele lança a bola para cima com as duas mãos e, ao mesmo tempo, grita o nome de um dos outros jogadores, que deverá pegar a bola o mais rápido possível. Os demais devem tentar se afastar da bola. Se o jogador que teve seu nome chamado conseguir pegar a bola antes que ela toque no chão, pode jogá-la para cima dizendo outro nome. Mas, se pegar depois dela ter pingado, ele deve gritar "alerta" e todos param onde estão. Ele lança, então, na direção de alguém, para acertá-lo. Quem for acertado é considerado "queimado" e é o próximo a jogar a bola para cima, gritando o nome de outro jogador. Se o jogador que arremessou a bola não acertar ninguém, também fica queimado.

¹² Em formação de círculo, um dos participantes fica no centro como se tivesse com uma arma na mão sendo que pode mirar para qualquer um que esta na roda, ao escolher alguém deve grita "PIF" e o mesmo deve se abaixar, sendo que as pessoas que estiverem ao lado desse jogador dever tentar acertar o outro dizendo "PAF" . Quem for pego fica no centro da roda e inicia a brincadeira.

A discussão das regras, as modificações, o ato de incluir uma criança na ação educativa, exige um intenso trabalho dialógico com as crianças e adolescentes. De acordo Paulo Freire (1996) a dialogicidade parte do conhecimento que a criança traz consigo e aquilo que esta na realidade num processo de construção de conhecimento, segundo o autor o diálogo é práxis, é por meio dele que conseguimos transformar o mundo, pois sem ele não há o encontro com a amorosidade e o respeito.

O diálogo é este encontro dos homens, imediatizados pelo mundo, para pronunciá-lo, não se esgotando, portanto, na relação eu tu. Esta é a razão porque não é possível o diálogo entre os que querem a pronúncia do mundo e os que não querem entre os que negam aos demais o direito de dizer a palavra e os que se acham negados deste direito (FREIRE, 2005, p.91).

Então podemos dizer que o diálogo consiste numa relação horizontal e não vertical entre as pessoas envolvidas nesse processo, nessa ação os educadores, as crianças e os adolescentes caminham juntos na busca do conhecimento, onde o saber de todos devem ser valorizado.

Segundo Muller e Rodrigues (2002), a inclusão é direito de todos e garantido por lei, cabe ao projeto oferecer as crianças e adolescentes a compreensão e a prática desse direito tão importante por meio dos jogos e brincadeiras desenvolvidos no bairro.

[...] Organizamos as brincadeiras para todos se divertissem juntos (meninos e meninas), ou seja, enquanto alguns jogavam bets outros pulavam corda, jogavam vôlei, brincavam de elástico e se revezavam de brincadeira em brincadeira [...] (Relatório 07).

A participação ocorre por meio da total liberdade na escolha de participar ou não das atividades que são desenvolvidas pelos educadores. Esse princípio é tão importante quando os demais, onde se não houvesse a participação das crianças, adolescentes, pais e educadores não existiria projeto.

[...] depois de um tempo vem o C. dizendo para as crianças irem brincar de “pega bandeira”¹³ então muitas delas que estavam por ali

¹³ Os participantes são divididos em dois times. Divida o espaço em dois campos de tamanhos iguais. Cada time deve colocar a bandeira no local que considerar mais difícil e distante dentro do seu campo. O objetivo do jogo é atravessar o campo adversário e

foram até essa brincadeira, até então continuei com essas meninas ali, mas depois de um tempo elas foram brincar de outra coisa, então fui até algumas adolescentes brincar de vôlei com elas, fiquei um tempo brincando e elas conversando comigo e eu com elas [...] (Relatório 34).

[...] alguns pais ficaram de longe como observadores, acredito que para ver o que nós pretendíamos com seus filhos, hoje tivemos alguns adolescentes o que também é muito bom, eles interagiram com a gente, brincaram também, no momento não estou muito lembrada dos nomes das crianças, Foi um dia muito produtivo [...] (Relatório 01).

A participação das crianças e adolescentes em escolhas, decisões faz com que elas aprendam a expor seus desejos, assim passam a vivenciar a experiência de seus direitos de liberdade, na reflexão e avaliação de suas próprias decisões. Segundo Soares *et al* (2004) toda criança em sua fase de desenvolvimento etário, possui capacidade de dar opiniões nos assuntos que lhes dizem respeito.

Segundo Nunez (2009) a participação nas ações sociais visa romper com processos de exclusão, deste modo à autora destaca a importância da educação social e suas práticas em diferentes espaços e contextos sociais onde a exclusão se manifesta na articulação entre a educação e o processo de participação nas ações educativas das crianças e adolescentes envolvidos nesse processo. Segundo Nunez (2009) a autonomia do sujeito se constrói a partir do momento em que se consegue atingir a inclusão que não se limita apenas a prática.

Chega-se ao último princípio solador do projeto que completa todos os outros: o diálogo. Esse princípio é utilizado como uma das formas de expressão e comunicação com o outro, oferece às crianças e adolescentes a oportunidade de contarem suas opiniões sobre tudo que é desenvolvido pelos educadores durante a intervenção, histórias e desejos pessoais.

[...] ao chegamos à praça, havia alguns meninos fumando maconha, a coordenadora P. me chamou pra ir até os meninos para conversarmos, perguntamos se não atrapalhava em nada usar o local para brincarmos com as crianças e eles disseram que não, tudo bem [...]. Após começamos as brincadeiras e os meninos que estavam fumando pararam e foram brincar também, jogaram bets [...] (Relatório 06).

capturar a bandeira sem ser pego. Quem for pego deve ficar parado, congelado, no território oposto. O participante poderá ser libertado por alguém de sua equipe que conseguir tocá-lo sem ser pego pelo adversário.

[...] me dirigi aos adolescentes que estavam no local e ofereci uma bola de vôlei para jogarem. Eles formaram uma rodinha e assim o fizeram. Comecei a ficar preocupada com um menino que chegou a cavalo que estava montado e dando varadas em sua região traseira fazendo o animal dar coices ao vento (vai que acertava alguma criança). Calmamente o convidei para deixar o cavalo amarrado perto da arvore e ele ir jogar conosco, ele aceitou [...] (Relatório 21).

Entendemos que o diálogo é responsabilidade dos educadores, onde estes tenham por propósito promover as relações sociais com as crianças e adolescentes na construção de uma democracia, onde todos possuem o direito de expressão em qualquer momento da intervenção (MULLER, RODRIGUES, 2002).

A ação do educador é um exercício constante de reflexão sobre seu papel na sociedade, que segundo Freire (1997) educar, ensinar não é só transmitir conhecimento, mas sim criar as possibilidades para a sua produção e construção junto às crianças e adolescentes, ou seja, B não ensina C, nem C aprende com B mais ambos aprendem e crescem juntos, nesse sentido o diálogo é o caminho a ser seguido para a construção de novas possibilidades, segundo Freire (2003, p. 80) “ Não existe diálogo se não houver um profundo amor ao mundo e aos homens”.

Assim, o Projeto Brincadeiras se caracteriza por princípios fundamentais para o desenvolvimento das crianças e adolescentes, na incorporação de valores, no crescimento e desenvolvimento pessoal significativo na construção de sujeitos mais humanos (MULLER, RODRIGUES, 2002).

O brincar é um comportamento que percorre séculos e independente da cultura ou classe social, é um ato nato da criança que faz parte do seu desenvolvimento. Toda criança sabe brincar e com isso, elas se relacionam, crescem e amadurecem suas capacidades de socialização com o grupo, por meio da interação, das regras e papéis sociais presentes nos jogos e brincadeiras, além de ser uma forma de expressão da criança (MACELANI, 2013).

[...] Elas já foram pegando os materiais e saindo pra brincar, ai comecei a brincar de vôlei com algumas crianças, de repente veio alguns meninos perguntando se teria bets, respondi que não porque não tinha bolinha, ai um menino chamado L. foi em sua casa buscar uma bolinha, assim quando ele chegou todos ficaram felizes para jogar bets e a maioria foram jogar bets[...] (Relatório 63).

Segundo Muller (2007), o brincar é uma importante experiência na cultura e no processo interativo na vida da criança e do adolescente que pode vir a

desenvolver o conhecimento sobre o mundo e sobre si mesma a partir das diferentes situações vivenciadas nas brincadeiras.

Nos relatórios dos educadores podemos perceber que o Projeto Brincadeiras proporciona aos meninos e meninas do bairro a oportunidade de brincar, praticar esportes e divertir-se, tendo em vista que a brincadeira é um direito de toda criança e do adolescente, onde podem desfrutar de jogos e brincadeiras, os quais deverão estar dirigidos para a educação, ficando toda pessoa, em especial os pais e professores responsáveis em promover o exercício desse direito (BRASIL, 1990).

[...] Primeira vez que senti a emoção de poder participar de uma brincadeira que tinha um menino com deficiência, na qual tinha uma dificuldade de ouvir, então quem ficou mais próxima dele foi a D., e F., nessa brincadeira coelhinho sai da toca¹⁴, foi que uma vez fiquei ao lado dele, então a D., disse coelhinho sai da toca, como ele estava na mesma toca que eu, eu sai, e ele ficou lá, então como de início eu vi a D., dizendo que uma palminha era pra ele entrar e duas pra ele sair, eu fiz uma palminha ele não saiu, em seguida eu fiz a palmada errada e ele continuo dentro da “toca” então fiz 2 palmadas ele saiu e continuou a correr junto com os outros [...] (Relatório 12).

Os jogos e brincadeiras são utilizados como estratégia de abordagem nas intervenções, sendo que cada dois ou três educadores posicionam-se em diferentes espaços da praça onde desenvolvem atividades diversas, sempre contando com a opção de mudá-las, em função da aceitação do grupo participante, como identificamos no relatório 17.

[...] chegando lá já avisto algumas crianças pego o elástico e vou pra lá brincar com elas, mas fico pouco tempo, e vou jogar vôlei com uma menina de uns 12 anos, bom estávamos jogando eu e ela quando apareceram mais garotas adolescentes entre 15,16,17 anos nós brincamos de toquinho com a bola de vôlei e 3 corte, bom enquanto eu estou brincando com as meninas os outros educadores estão com as crianças menores brincando de corda, batata quente, e o Lucas estava com os meninos maiores na bests [...] (Relatório 17).

Os jogos e brincadeiras podem ser realizados com material (bola, corda, arco e outros), ou não, como as brincadeiras cantadas, por exemplo. Nas

¹⁴ Em trios, duas crianças formam a toca e uma será o coelho. Para fazer a toca, a dupla junta as mãos no ar, formando uma casinha. Quem interpreta o coelho fica agachado entre elas, embaixo dos braços. Essa estrutura se repete com os demais participantes da brincadeira. Uma das crianças fica em pé entre as tocas e deve gritar: "Coelho sai da toca!". Ao fazer isso, os coelhos entocados precisam trocar de casinha. Já a criança que estava no meio deve tentar roubar a toca de alguém. Se conseguir, aquela que ficou sem toca é a que passa a gritar no centro do espaço.

brincadeiras as crianças e adolescentes possuem total liberdade para ir e vir, entrar na brincadeira e sair quando quiser, de forma que se sintam a vontade descaracterizando um modelo rígido de comportamento frente a atividades lúdicas e esportivas. Segundo Mager, et al (2011), brincar é um patrimônio da cultura e uma das principais formas de expressão da criança, sendo ainda um direito garantido pela Constituição Brasileira e pelo Estatuto da Criança e do Adolescente (MAGER, et.al, 2011).

[...] Assim que avistei algumas crianças chamei para brincar de batata quente, brincamos um bom tempo, depois mudamos para “corre lenço” apareceu a F., para brincar junto, assim foi chegando varias crianças, então eu e a F., resolvemos mudar de brincadeira e começar a “queimada estatua”, depois mudamos para “vivo ou morto” e quando acabou a brincadeira a V., chego e começamos a brincar de “pato marreco”, assim que as crianças foram fazer outra atividade com os outros educadores [...] (Relatório15).

[...] De inicio ainda tudo bem tranqüilo, cada educador estava com alguma criança brincando de algo coisa. Minha primeira brincadeira foi bater corda eu e a F., para 3 meninas, perguntei a elas como era seus nomes elas responderam de boa a Isa K., e P., então nós se demos bem, cantei musicas para elas ,ou elas me pediam para cantar algumas musicas a elas. Depois de alguns minutos brincando de corda elas mudaram de brincadeira e o L., E. ficou batendo corda comigo, depois chegou dois meninos não me recordo o nome deles.. batemos corda para ele e cantando musiquinhas. Mudei de brincadeira, e foi para o elástico com a A., e o N., só estava uma menina com eles, como não me lembrava de como pular pedi para que ela me ensinasse, então pulamos juntos por alguns minutinhos e parei [...] (Relatório16).

Entendemos que por meio da liberdade em tomar decisões durante às brincadeiras, por mais simples que seja essa atitude as crianças e adolescentes desenvolvem uma consciência de suas ações, sendo mais autônomos em suas atitudes. Segundo Debortoli (2004) apud Natali (2009, p. 54) o brincar possui significados e possibilidades no processo de desenvolvimento da criança:

O brincar radicalmente se manifesta como dimensão que é simbólica, constitui inserção cultural, se expressa como linguagem e como processo de elaboração de significados e sentidos coletivos, contextualizados e enraizados no universo social que o legitima.

As atividades desenvolvidas no Projeto Brincadeiras permite aos educadores explorar a imaginação, o físico, cognitivo e o fator afetivo das crianças e adolescentes, nas reflexões durante as ações educativas vivenciadas por elas no

ato de brincar. Por meio da brincadeira a criança desenvolve o pensamento, linguagem, a socialização (MULLER, RODRIGUES, 2002).

As brincadeiras de caráter cooperativo podem demonstrar a importância das ações coletivas e rejeitam o individualismo na reflexão da ação educativa. Segundo Góes (2008), o trabalho coletivo exercita o diálogo que pressupõe dois momentos importantes, sendo eles o reconhecimento da desumanização e o envolvimento coletivo em um processo de humanização do homem.

As atividades competitivas tem por objetivos estimular a competição de forma positiva entre as crianças e adolescentes criando uma face educativa, fazendo com que todos trabalhem por um objetivo em comum, e podendo criar situações onde a competitividade pode ser problematizada. A competição também pode ser usada como forma de motivação para pratica de jogos e brincadeiras.

Chegamos à praça alguns minutos mais cedo e espalhamos as pistas pela praça com todos os professores presentes ajudando. Me escondi dentro do carro da professora P. pois estava caracterizada como pirata e seria o ponto de partida para o caça ao tesouro¹⁵. Os outros educadores foram reunindo as crianças enquanto isso. Dado o sinal pré-combinado fui ao encontro das crianças procurando algo e perguntando a todos: “você viu o meu tesouro?”. As crianças falavam que não e um dos professores deu a ideia de todos me ajudarem a procurar o tesouro. As equipes já estavam separadas e a S. leu a primeira pista. Cada equipe tinha dois educadores que auxiliavam o andamento do caça. Eu fiquei auxiliando com pistas que ficavam mais difíceis ou com crianças que ficavam “perdidas” de sua equipe. Conforme o desenrolar da atividade as equipes foram se juntando e no final acharam o tesouro, que foi dividido entre todos [...] (Relatório 48).

Então, é por meio dos jogos e brincadeiras que os educadores transmitem de uma forma lúdica para as crianças e adolescentes seus direitos e deveres estabelecidos pelo Estatuto da Criança e do Adolescente, tornando um individuo ativo perante as situações criadas pelas atividades (1990).

No final de todos aos momentos de intervenção ocorre à roda da conversa com as crianças e adolescentes, uma forma de exposição de ideias, de análises, reclamações e decisões sobre as atividades desenvolvidas, são explicadas algumas diretrizes do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) e também sobre as atividades que serão combinadas para o próximo encontro.

¹⁵ A caça ao tesouro nada mais é do que combinar com as crianças que elas vão precisar encontrar alguma coisa em casa (o tesouro) e para isso vão precisar decifrar pistas.

[...] enquanto os educadores reuniram as crianças a fazerem um círculo, a J. fez a seguinte pergunta: quem sabe que existe uma lei somente para crianças e adolescentes? Somente uma 4 levantaram a mão, então ela começou a explicar, enquanto isso fui buscar o livro do ECA, e ela mostrou para eles, a A. também falou um pouco [...] (Relatório 28).

[...] Chegou o momento de encerrar o projeto, foi montada a roda final, realizada a última brincadeira e comentado sobre o ECA, as crianças lembraram várias coisas da última intervenção no bairro isso significa que as mesmas prestarão atenção [...](Relatório 30).

Desta forma os jogos e brincadeiras realizados no Projeto Brincadeiras são utilizados como estratégias para se estabelecer o contato com as crianças e adolescentes. A roda da conversa pode acontecer a qualquer momento da intervenção, sendo no início ou até no final de todas as atividades, é realizada com todas as crianças e adolescentes, com diferentes idades, pensamentos e comportamentos para que todos possam expressar suas opiniões sobre os jogos e brincadeiras desenvolvidas havendo um diálogo entre os educadores e educandos em conjunto, para uma melhor efetivação das intervenções do projeto. Neste momento lembramos que o projeto acontecerá toda terça-feira no mesmo horário e local, os educadores se despedem das crianças e adolescentes realizando uma última atividade em conjunto, em seguida recolhem todos os materiais (cordas, bolas, arcos, elástico, etc.) e levam para o transporte que a UEM disponibiliza e assim termina a intervenção.

[...] ocorreu à despedida e um breve dialogo com as crianças pedindo o que elas acharam e se havia brincadeiras que elas gostariam de brincar foram citadas brincadeiras como (balança caixão, passa anel, etc.) se despedimos e retornamos a UEM [...] (Relatório 09).

[...] Brincamos durante mais algum tempo e decidimos encerrar o projeto, pois já estava na hora de voltarmos para a UEM, damos os recados, e avisamos as crianças que não estaríamos na próxima semana, pois iríamos estar em uma espécie de curso na qual iríamos aprender novas brincadeiras e que depois nos íamos trazer para elas [...] (Relatório 36).

[...] Antes da briga o C. enfiou os dedos nos olhos do L. para machucá-lo, fizemos com que o C. se desculpa-se com o L. e depois fizeram as pazes (respeito), depois de muita brincadeira chamamos as crianças para ir à roda da conversa explicamos a eles o porquê não iríamos (Curso sobre Educação Social na Universidade Estadual de Maringá), à próxima terça e que era para eles avisa os colegas,

falamos também que iríamos estudar sobre o ECA e que traríamos brincadeiras novas, recolhemos os materiais e nós despedimos voltamos para UEM de carro [...] (Relatório 37).

No desenvolvimento do Projeto Brincadeiras a roda da conversa é um momento obrigatório que faz parte da metodologia do projeto proporcionando que as crianças e adolescentes consigam vivenciar o momento da reflexão e exposição de ideias, podendo acontecer em vários momentos, isto dependerá do dia e da necessidade que a roda da conversa aconteça.

Nas tardes de brincadeiras, a Roda da Conversa é o momento obrigatório da reflexão, da exposição de ideias, de análises, de reclamações, de proposições e de decisões. A Roda da Conversa, por princípio, é realizada com diferentes idades em conjunto, já que, na vida, estamos inevitavelmente destinados a conviver com diferentes idades, pensamentos e responsabilidades. A escola moderna, na sua organização das séries por idades, tem impedido esse exercício que faz tanta falta no mundo adulto [...] (MAGER, et al, 2011, p. 70).

Os educadores do projeto durante a semana são responsáveis pela leitura dos textos combinados na reunião anterior para a discussão da semana seguinte e por escrever o seu relatório depois da vivência dos jogos e brincadeiras com as crianças e adolescentes. Os relatórios não possuem um modelo específico, mas devem conter a experiência do educador na intervenção, desde sentimentos até relatos das atividades desenvolvidas. Esses registros feitos pelos educadores do projeto são de suma importância, pois é a partir deles que são discutidos, analisados e relacionados teoria/prática nas reuniões de estudo e também colaboram para a avaliação do projeto ao longo dos tempos (MULLER, RODRIGUES, 2002).

Todos os alunos do projeto têm a responsabilidade de escrever o seu relatório depois da vivência das atividades lúdicas com as crianças. Este não tem um padrão, deve conter o que o aluno tenha vontade de escrever sobre sua experiência, desde sentimentos até relatos das atividades propriamente ditas (MAGER, et al, 2011, p. 71).

A avaliação do projeto ocorre informalmente, desde o momento que os educadores terminam a prática educativa no bairro, nos comentários feitos por eles durante a volta para universidade. Nos encontros semanais de estudos, a avaliação ocorre de forma mais sistematizada, no momento em que apontam as ações, dúvidas e sugestões para um melhor desenvolvimento das práticas educativas.

As categorias analisadas evidenciaram que os jogos e brincadeiras e as atividades educativas vivenciadas pelas crianças e adolescentes no projeto estavam relacionadas ao método de transmitir, problematizar com eles os princípios necessários para pensar e construir uma mudança no quadro social que se encontram. O projeto busca em sua ação potencializar as manifestações culturais do grupo que não são neutras, e sim compostas por inúmeros sentidos, com possibilidade de criação de diversas relações com a realidade, com o outro e consigo mesmo.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante do objetivo geral deste estudo que foi analisar as estratégias de abordagem e intervenções iniciais na Educação Social por meio dos relatórios dos educadores do Projeto Brincadeiras com meninos e meninas de/e nas ruas foi possível estabelecer as seguintes categorias: os princípios do projeto brincadeiras, as estratégias e objetivos durante as intervenções no bairro; as relações estabelecidas entre os Educadores Sociais e a comunidade, a necessidade de formação na área da defesa dos direitos das crianças e dos adolescentes e as ações e atitudes dos educadores sociais perante acontecimentos durante a intervenção no bairro. Para que o objetivo fosse atingido utilizamos autores que estudam a Educação Social e suas ações educativas. Utilizamos neste processo 77 relatórios dos educadores sociais participantes do projeto.

No primeiro capítulo, intitulado Infância e seus Direitos: do Código de menores ao Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), discorremos sobre a trajetória da defesa dos direitos das crianças e adolescentes no Brasil, onde eles passam a ter seus direitos garantidos, tornando-se dever do Estado, da família e da sociedade em geral. A trajetória das leis referentes à infância e adolescência tem relação direta com o caráter formativo empregado a Educação Social no contexto brasileiro

No segundo capítulo trouxemos a análise da Educação Social, suas possibilidades de atuação e formação. A educação Social em seu sentido amplo pode ser desenvolvida em vários locais. Nesse capítulo ficou evidente a importância da formação do Educador Social para que as ações educativas consigam ser desenvolvidas, por mais que os estudos sobre as políticas da infância aconteçam semanalmente isso não se torna suficiente para a ação educativa, dentro desse fator analisamos que as discussões sobre os direitos e deveres contidos no Estatuto da Criança e do Adolescente devem sim ter mais aprofundamento junto à equipe de educadores sociais atuantes, para que o processo de conscientização das crianças e adolescentes consiga ser mais efetivo, esse aspecto deve ser potencializado no Projeto Brincadeiras.

Compreendemos também que o papel do educador social é instituir vínculo, analisando e buscando a promoção cultural e social das crianças e adolescentes, identificamos nos relatórios que o educador social deve ter uma participação efetiva

no desenvolvimento social do grupo em que atua. Para atuar na educação formal por exemplo os professores necessitam de uma formação universitária e na Educação social isso também se faz necessário para que os próprios Educadores consigam compreender quais as melhores formas de se trabalhar com crianças e adolescentes que possuem direitos violados.

No nosso terceiro capítulo, trabalhamos com o Projeto Brincadeiras, seus princípios, registramos também a história do Projeto Brincadeiras, fundamentos e ações do projeto de extensão universitária, no que diz respeito ao projeto Brincadeiras na cidade de Maringá/ e na cidade de Ivaiporã. Tratamos também sobre as ações dos educadores sociais, as atividades lúdicas desenvolvidas nas intervenções.

O Projeto Brincadeiras esta inserido no contexto da Educação Social e como vimos na pesquisa esta área da educação ainda não é regulamentada como uma profissão no Brasil, entretanto está em processo de regulamentação na forma de lei, sendo que na prática esta ação educativa está consolidada. A partir desse fato, foi imprescindível discutir sobre as ações da educação social, a formação destes profissionais a partir da vivencia dos Educadores no projeto de extensão.

Acerca da metodologia do projeto brincadeiras e as ações dos educadores sociais na prática educativa apontamos que as ações do projeto baseiam-se nos jogos e brincadeiras sendo eles competitivos, cooperativos, com ou sem materiais, e são utilizados pelos educadores como uma forma de exposição da vida das crianças e adolescentes por meio da participação ativa e dos direitos garantidos a eles pelo Estatuto da Criança e do Adolescente (1990).

Assim, as brincadeiras são utilizadas como instrumentos para o desenvolvimento das crianças e adolescentes, tanto nos aspectos físicos quanto psicológicos e sociais, na relação do sujeito com a sociedade, contribuindo também para o exercício da cidadania, onde as crianças e adolescentes vivenciam sua liberdade de expressão, individualidade, a participação, o respeito ao outro e as regras, é um momento que podem dialogar com o mundo, proporcionando o enriquecimento pessoal e social.

Na análise de dados percebemos que os cinco princípios que regem o Projeto Brincadeiras: o respeito, compromisso, inclusão, diálogo e a participação são constantes e ficam claramente identificados nos relatórios, sendo que eles guiam as ações dos educadores do projeto, sendo introyetados nas intervenções por meio das

atividades lúdicas e esportivas, na convivência entre os próprios participantes, fica explícito que o respeito e o diálogo estão presentes na maioria das ações e gestos e a participação das crianças e adolescentes já se tornaram um hábito toda terça-feira. É através do compromisso estabelecido pelos educadores junto às crianças e adolescentes que o vínculo passou a ser visível pela comunidade, onde até mesmo alguns pais, acabam sendo inseridos nas ações do Projeto.

Consideramos que os jogos e brincadeiras desenvolvidos nas ações educativas desenvolvem vários conceitos importantes para a formação de sujeitos mais críticos e participativos, visto que a relação com essas crianças e adolescentes em vulnerabilidade social é de grande exclusão social e por meio das brincadeiras orientadas as mesmas podem iniciar um processo de desenvolvimento de consciência política, além de resgatar brincadeiras infantis fundamentais para cultura e desenvolvimento da criança.

O trabalho buscou contribuir com a discussão sobre a ação da Educação Social, a formação do Educador Social, proporcionando os Educadores do Projeto Brincadeiras e aos demais acadêmicos uma reflexão das ações desenvolvidas, a partir da experiência concreta do projeto de extensão Brincadeiras com Meninos e Meninas de/e nas Ruas na cidade de Ivaiporã - PR.

6. REFERENCIAS

ASSMANN, H.S. J.M. **Competência e sensibilidade solidária: educar para a esperança**. Petrópolis-RJ: Vozes, 2000.

BARDIN, Lawrence. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70; 1997.

BORBA, A. M. **Culturas da infância nos espaços-tempos do brincar**. 2005. 279 f. Tese (Doutorado em Educação) - Faculdade de Educação, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2005.

BRASIL. **Estatuto da Criança e do Adolescente**. Brasília: Editora da Fenabb, 1990.

BRASIL. **Constituição: Constituição [da] República Federativa do Brasil**. Brasília: Senado Federal, 1988.

BRASIL. Ministério da Saúde: **Estatuto da criança e do adolescente**. 3.ed. Brasília: Editora do Ministério da Saúde. (Série E. Legislação e Saúde). São Paulo: Moraes, 2006.

CALIMAN, G. **Fundamentos teóricos e metodológicos da pedagogia social na Europa (Itália)**. In: Anais do I Congresso Internacional de Pedagogia Social. São Paulo: Scielo, 2006.

CALIMAN, G. **Pedagogia Social: Contribuições para a Evolução de um Conceito**. In: SILVA, R. et al. (Org.). **Pedagogia Social: Contribuições para uma Teoria Geral da Educação Social**. São Paulo: Expressão e Arte, 2011.

CLASSIFICAÇÃO BRASILEIRA DE OCUPAÇÕES. Ministério do Trabalho e Emprego. V.1, 3.ed. Brasília: MTE, 2010.

COSTA, F. L. M. da. **Código de Menores e Legislação correlata**. 3/ ed. São Paulo: Livraria Editora Universitária do Direito, 1998.

COSTA, L. O. D. **Lembranças de Jovens e educadores que fizeram parte do Projeto Brincadeiras e do Movimento Nacional de Meninos e Meninas de Rua (1997 a 2004)**. Trabalho de conclusão de curso (Graduação em Educação Física) – Universidade Estadual de Maringá – UEM, 2012.

CORSINO, P. **Pensando a Infância e o Direito de Brincar**. In: Jogos e brincadeiras: desafios e descobertas. **Salto Para o Futuro**. Ano XVIII – 2008. p.12-24.

CURY, R. C. J. **Educação e Contradição: elementos metodológicos para uma teoria crítica do fenômeno educativo.** 6.ed. São Paulo: Cortez, 1995.

DÍAZ, Andrés Soriano. Uma aproximação à Pedagogia – Educação Social. In: **Revista Lusófona de Educação**, Lisboa, Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias, n. 7, p. 91-104, 2006.

FREIRE, P. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários á pratica educativa.** 25ª ed. São Paulo: Paz e Terra, 2002.

FREIRE, P. **Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática educativa.** 9.ed. São Paulo: Paz e Terra, 1997.

FREIRE, P. **Pedagogia do Oprimido.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

FREIRE, P. **Educação e mudança.** 20ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1994.

FREIRE, P. **Educação e Participação Comunitária.** In: CASTELLS, Manuel: **Novas Perspectivas Críticas em Educação.** Porto Alegre: Artes Médicas, 1996.

GÓES, M. Ação-reflexão. In STRCK, D. R.; REDIN, E. ZITKOSKI, J. J. (orgs.). **Dicionário Paulo Freire.** Belo Horizonte Autentica Editora. 2008.

GOHN, M.G. **Teoria dos Movimentos sociais: Paradigmas Clássicos e Contemporâneos.** São Paulo: Edições Loyola, 1997.

GOHN. M. G. **Educação não Formal na pedagogia social.** 1º Congresso Internacional de Pedagogia Social. Mar. 2006.

LARA, A. M. B, MOLINA, A. A. **Pesquisa qualitativa: apontamentos, conceitos e tipologias.** Eduem 2011.

LIMA, J. O. **Conceitos e diferenças entre recreação, lazer, jogo e brincadeira.** Rondonia, 2007.

LIMA, T. D; BRIDI, J. C. **As Formas de Mediação do Educador Social do CRAS- Novas Perspectivas no Campo da Pedagogia Social.** Curitiba, 2013.

LOPES, D. **Brincadeiras e jogos na educação social: relações estabelecidas no centro integrado de atividades culturais e artísticas do Mandacaru-Maringá/PR.** 2012.

MACELANI, J. P. V.. **Projeto Brincadeiras: estudo sobre a intervenção lúdico-político-pedagógica.** Monografia de conclusão de curso (Graduando do Bacharelado em Educação Física)- Universidade Estadual de Maringá- UEM. Maringá, 2013.

MACHADO, E. M. **Pedagogia e a pedagogia social: educação não formal.** 2015.

MAGER, M. MULLER, V. R. SILVESTRE, E. MORELLI, A. J. et al. **Praticas com crianças e adolescentes e jovens: pensamentos decantados**. 1. Ed. Maringá: EDUEM, 2011.

MOVIMENTO NACIONAL DE MENINOS E MENINAS DE RUA. **10 Anos de Movimento Nacional de Meninos e Meninas de Rua: construindo a cidadania e a justiça com o sonho e a alegria dos meninos e meninas do Brasil**. Brasília: 1995.

MÜLLER, V. R. **A participação social e a formação política: Territórios a desbravar**. Publicação: Dynamo Internacional- Street Work Training Institute, 2012.

MULLER, V. R; NATALI. P. M; **Jogos cooperativos: olhando a teoria e escutando a pratica**. 2009.

MULLER, V. R; RODRIGUES, P. C. **Reflexões de quem navega na educação social: Uma viagem com crianças e adolescentes**. Clichetec, 2002.

MULLER, V. R; MOURA, F; NATALI, P. M; SOUZA, C. R. T. **A formação do profissional da educação social: Expectros da realidade**. Florianópolis:SC.2010.

NATALI, P. M.; SOUZA, C.R.T.; MÜLLER, V.R. **Formação política do Educador Social: princípios para práxis emancipatórias**, 2014.

NATALI, P. M. **O lúdico em instituição de educação não-formal: Cénarios de múltiplos desafios, impasses e contradições**. Ponta Grossa. 2009.

NATALI, P. M; LARA, Â. L. B. **Brincadeiras com Crianças e Adolescentes: Uma construção teórica a partir da prática**. Ver. Teoria e Prática da Educação. V.10, n.1, p.31-40. Jan./abr. 2007.

NATALI, P. M; PAULA, E. M. A. T. **Programas de Contra Turno Social para Crianças e Adolescentes na Cidade de Maringá/PR: Características e Funções**. 2008.

NUÑEZ, V. **Pedagogia Social: Cartas para Navegar em El Nuevo Milenio**. 2004.

NUÑEZ, V.M. **Modelos de Educación Social en la época contemporánea**. Ppu. Barcelona, 1990.

NUÑEZ, V. **Pedagogía Social: Cartas para Navegaren El Nuevo Milenio**. Satillana: Buenos Aires-Argentina, 1999.

PAIVA, J. **Compreendendo as vivências e experiências produzidas na Educação Social de Rua: Desvelamentos pertinentes ao Educador Social de Rua**. UFES. (2011).

PATTO, M. H. S. **Introdução a psicologia Escolar**. 3º edição. Editora Câmara Brasileira de livros. SP, Brasil. 1997.

PAES, J. P. L. **O Código de Menores e o Estatuto da Criança e Adolescente: Avanços e retrocessos**. Brasília, 2013.

PORTO, C. L. Pensando a Infância e o Direito de Brincar. In: Jogos e brincadeiras: desafios e descobertas. **Salto Para o Futuro**. Ano XVIII – 2008. p. 25-32.

RIBEIRO, P. S. **Jogos e brinquedos tradicionais**. Petrópolis: Vozes, 1994.

RIZZINI, I. **O Século Perdido: Raízes históricas das Políticas Públicas para a infância no Brasil**. São Paulo: Cortez, 2007.

_____. **A criança e a Lei no Brasil: revisitando a história (1822-2000)**. Brasília, DF; Rio de Janeiro: Unicef; USU Editora Universitária, 2000.

RODRIGUES, P. C. **Prática de intervenção lúdico-político-pedagógico com crianças e adolescentes no bairro Santa Felicidade**. Monografia de especialização/Universidade Estadual de Maringá- UEM, 2001.

SARMENTO, M.J., SOARES, N.F, TOMÁS, C. **Políticas Públicas e Participação Infantil** -Instituto de Estudos da Criança da Universidade do Minho, 2006.

SAVIANI, Dermeval. Sobre a natureza e a especificidade da educação. In: SAVIANI, Dermeval. **Pedagogia histórico-crítica**. São Paulo: Cortez, 1991.

SERRANO, G. **Pedagogía Social-Educación Social**. Construcción Científica eIntervención Práctica. Madrid: Narcea, 2003.

SEGANFREDO, A. A. S; ARRUDA, R. A. A Importância dos Jogos e Brincadeiras. **Revista Eventos Pedagógicos**. - V.4 – Nº 2 – 2013. p. 11-20.

SOUZA, C. R. T; MULLER, V. R. **Educador Social: Conceitos Fundamentais para sua Formação**. 2004.

SOUZA NETO, João Clemente.; SILVA, Roberto da.; MOURA, Rogério. (Orgs.) **Pedagogia Social**. São Paulo: Expressão e Arte Editora, 2009.

SOUZA, Cléia Renata T. **O Projeto Futuro Hoje em Maringá/PR: Desafios da Educação Social rumo à Política Pública**. 2010. 138f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Estadual de Maringá, Maringá, 2010.

TOMÁS, C.A. **Há muitos mundos no mundo...Direitos das Crianças, Cosmopolitismo Infantil e Movimentos Sociais de Crianças – diálogos entre crianças de Portugal e Brasil**. Tese de Doutorado em estudos da criança - Universidade do Minho. 2006.

TOMÁS, C.A. **Há muitos mundos no mundo...Direitos das Crianças, Cosmopolitismo Infantil e Movimentos Sociais de Crianças – diálogos entre crianças de Portugal e Brasil**. Tese de Doutorado em estudos da criança - Universidade do Minho. 2011.

TRIVINÕS, A. N. S. **Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação.** São Paulo: Atlas, 1987.

VOLPINI, C.R. **Os Educadores do “Projeto Brincadeiras com Meninos e Meninas de/e na Rua”:** Formação e Atuação. Trabalho de conclusão de curso (Graduando do Bacharelado em Educação Física)- Universidade Estadual de Maringá- UEM, 2013.

VYGOTSKY, Lev Semenovich. **Aprendizagem e desenvolvimento intelectual na idade escolar.** In: VYGOTSKY, Lev Semenovich; LURIA, Alexander Romanovich; LEONTIEV, Alexis N. Linguagem, desenvolvimento e aprendizagem. Tradução de Maria da Penha Villalobos. 2. ed. São Paulo: Ícone, 1988. p.103-117.

VYGOTSKY, L. S. **A Formação Social da Mente.** Martins Fontes: São Paulo, 1984.

(fonte: site PCA/2015): Disponível em: www.pca.uem.br/frame.html.